



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2018

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS).

HORA DE ABERTURA: 09 horas e 40 minutos.

PRESENCAS: Manuel de Sousa e Silva (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), António José Correia Ferreira Alves, em substituição de Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues, em substituição de Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, e Vereadores Dr. Daniel David Gomes Martins, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares, Dr. Francisco José de Matos e Eng.^o Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida.

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.

FALTAS: Vasco Manuel Simões Reis (PSD).



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Período de Intervenção do Público.
2. Período de Antes da Ordem do Dia:
 - 2.1 - Aprovação das atas dos dias 01/06/2018, 28/06/2018 e 28/09/2018;
 - 2.2 - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos;
 - 2.3 - Outros assuntos.
3. Assuntos da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Análise da Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
 - 3.2 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2019”;
 - 3.3 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Aprovação da retificação à 1ª alteração ao Regulamento do Sistema de Indústria Responsável (SIR)”;
 - 3.4 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Concelho de São Pedro do Sul – Aprovação final”;
 - 3.5 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Feira mensal de Santa Cruz da Trapa – Delegação de competências”;
 - 3.6 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de Participação no IRS para 2019”;
 - 3.7 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Lançamento de Derrama Municipal a cobrar em 2019”;
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Definição das Taxas de IMI para o ano de 2018, a liquidar em 2019”;
 - 3.9 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Transferência de Competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei nº 99/2018”;
 - 3.10 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Transferência de Competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei nº 101/2018”;
 - 3.11 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Transferência de Competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei nº 102/2018”;
 - 3.12 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Transferência de Competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei nº 103/2018”;
 - 3.13 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água”;
 - 3.14 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas”.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:

Publicações:

- “Ecos da Gravia”, referente aos meses de agosto a outubro de 2018;
- “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de setembro a novembro de 2018;
- “Associação”, referente a novembro de 2018;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- “Revista das Assembleias Municipais”, referente a julho-setembro de 2018.

Mails:

- Da Assembleia Municipal de Boticas, datado de 27/09/2018, a remeter documento do Tribunal de Contas relativo ao processo n.º2189/2018, relativo à adesão à ANAM;
- Da ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, datado de 01/10/2018, a remeter as considerações do seu Presidente sobre o email proveniente da Assembleia Municipal de Boticas, bem como resposta dada ao Presidente da Assembleia Municipal de Faro sobre o Visto de Tribunal de Contas relativo à adesão à ANAM;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 02/10/2018, a remeter Projeto de Resolução n.º 1832/XIII/4º, que recomenda ao Governo que os nós de acesso às autoestradas sejam iluminados;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 09/10/2018, a informar da data da reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIM;
- Da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 17/10/2018, a remeter a apresentação e estrutura do curso “Programa Avançado em Administração Municipal”, prevista para março de 2019;
- Da ANAM, datado de 15/10/2018, a remeter exortação por ocasião da “Semana Europeia da Democracia Local”;
- Da ANAM, datado de 18/10/2018, relativo à importância de jovens na Democracia Local, no âmbito da “Semana Europeia da Democracia Local”;
- Da ANAM, datado de 23/10/2018, a remeter balanço dos contactos com vários Presidentes de Assembleias Municipais para análise e discussão do tema “Descentralização/Regionalização” e sobre a valorização e dignificação do papel das Assembleias Municipais;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 13/11/2018, a remeter Projeto de Resolução n.º 1857/XIII/4ª, sobre abolição de portagens na A25;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 13/11/2018, a remeter Projeto de Resolução n.º 1858/XIII/4ª, sobre abolição de portagens na A24;
- Da ANAM, datado de 15/11/2018, a remeter notificação da Sessão Diária de Visto no âmbito do processo de fiscalização prévia, com a decisão proferida, relativa à adesão à ANAM;
- Da AEDREL, datado de 15/11/2018, a solicitar informações para a preparação de texto sobre as assembleias municipais da Região Norte, para o n.º 8 da publicação trimestral da Revista das Assembleias Municipais;
- Da ANAM, datado de 23/11/2018, a dar conhecimento das conclusões de inquérito preenchido no Congresso de Mafra intitulado “A Qualidade da Democracia Local Vista pelos Presidentes das Assembleias Municipais”;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 27/11/2018, a remeter proposta de alteração ao Orçamento do Estado 2019, que visa criar mais salas de educação pré-escolar;
- Da ANAM, datado de 29/11/2018, a dar conhecimento do projeto “Assembleia Jovem de Ourém, (AJO)”, lançado pela Assembleia Municipal de Ourém, que tem como objetivo o contributo dos jovens do concelho para o desenvolvimento local;
- Da ANAM, datado de 03/12/2018, a informar da sua nova plataforma de envio de emails, através do novo website;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da ANAM, datado de 04/12/2018, a remeter texto do protocolo assinado com o Instituto de Políticas Públicas Thomas Jefferson – Correia da Serra, bem como o Anexo I que apresenta o projeto “Livro verde para a reforma da democracia municipal”;
- Da ANAM, datado de 04/12/2018, a remeter um Estudo de Opinião, encomendado pela Direção da ANAM e cujo trabalho de campo decorreu entre 06 e 16 de novembro;
- Da ANAM, datado de 06/12/2018, a remeter resultados de inquérito sobre a qualidade da democracia local;
- Da ANAM, datado de 10/12/2018, a remeter os pareceres “Capacidade interventiva das Comissões”, “Comissão Permanente. Senhas presença” e “Senhas presença. Sessões e reuniões”;
- Da ANAM, datado de 11/12/2018, a remeter os pareceres “Declarações de voto”, “Gravações de sessões” e “Isenção IMI e IMT”;
- Da ADRL, datado de 13/12/2018, relativo à renovação da assinatura anual para o ano de 2019 da “Revista das Assembleias Municipais”;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 13/12/2018, a remeter pergunta dirigida ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas sobre a colocação das infraestruturas de telecomunicações ardidadas com os grandes incêndios de 2017;
- Do INE – Instituto Nacional de Estatística, datado de 14/12/2018, a remeter um conjunto de informação estatística sobre o Município de São Pedro do Sul;
- Da ADRL, datado de 14/12/2018, a solicitar resposta ao email enviado no dia 15 de novembro, para preparação de texto para o n.º 8 da publicação trimestral da Revista das Assembleias Municipais, que sairá em princípios de janeiro.

Convites:

- De João Carlos Gralheiro, para o lançamento do livro “Os Tendeiros”, a realizar no Auditório do Balneário Rainha D. Amélia, nas Termas de São Pedro do Sul;
- Da AEDREL, para participação na sessão sobre Florestas e na sessão da apresentação do livro “Coletânea da Legislação Florestal”, a realizar no Salão da Alfandega, no Porto;
- Da ARCA – Associação de Solidariedade Social de Santa Cruz da Trapa, para participação no Almoço de Natal, a realizar na sua sede no dia 15 de dezembro, pelas 13 horas.

Faltas:

- Da Deputada Municipal Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho, à sessão do dia 28/09/2018;
- Da Deputada Municipal Marta Susana Alves Palrinhas, à sessão do dia 21/12/2018;
- Do Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira de Figueiredo, à sessão do dia 21/12/2018.

Ofícios:

- Da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), datado de 23/11/2018, a dar conhecimento dos dados sobre o crescimento da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica;
- Da Assembleia Municipal de Viseu, datado de 10/12/2018, a remeter “Moção - Pela Rápida Construção do Serviço de Radioterapia no Hospital de S. Teotónio (CHTV)”, aprovada por unanimidade na sessão realizada no dia 16 de novembro.

Verificada a existência de quórum, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal, declarada aberta a presente sessão, procedendo à abertura do **Período de Intervenção do Público**, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, começando por colocar à votação as atas dos dias 01/06/2018, 28/06/2018 e 28/09/2018, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar as mesmas, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto das mesmas haverem sido distribuídos previamente por todos os membros da Assembleia Municipal. Nota: Os Deputados Municipais que estiveram ausentes nas sessões em causa não intervieram neste ponto. -----

De seguida, verificaram-se as seguintes intervenções: Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Relativamente à CAF - Componente de Apoio à Família para o 1º Ciclo do Ensino Básico, disse que esperava ter tempo útil neste mandato para fazer uma apreciação à eventual implementação do referido projeto, que não dure quatro anos como aconteceu com as cadeiras do auditório do Centro Escolar de São Pedro do Sul, que finalmente foram consertadas. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, apresentou moção com o seguinte teor: “Moção de Solidariedade - A época do ano em que estamos a passar deverá ser de harmonia, paz, reencontros, vivências familiares e solidariedade para com aqueles que mais necessitam de apoio. E porque assim deve ser, “num alerta em prol dos mais carenciados”, num destes dias, ao passar junto da Misericórdia, mais concretamente no Bairro onde fica localizado o casario da Conferência de S. Vicente de Paula, local onde vivem ainda famílias com menos recursos económicos e, foi a pensar nesses Municípios, que desenvolvemos este pensamento. Como se pode observar exteriormente, muitas habitações do referido Bairro, estão abandonadas e outras mais, ainda habitadas por idosos e casais jovens, estarão em condições que nos parecem não ser as mais recomendadas. Segundo nos é dado saber, aquele velho e degradado casario é administrado pela Conferência de S. Vicente Paulo e como é natural, é a esta instituição que lhe cabe o direito e o dever de gerir aquele património que é seu, de direito. Quanto a isto não restam dúvidas e, mal ou bem, é da sua competência essa administração. Consta também, que diversas instituições de solidariedade e a própria autarquia, por diversas vezes, diligenciaram no sentido de verem resolvidas situações menos sustentadas, mas não consta que algo resolúvel tenha sido concretizado, em benefício do senhorio e residentes. É possível observar-se e de depreensão lógica, que as residências ainda habitadas, estão muito degradadas exteriormente, o que levava a crer que o seu interior, deverá estar deplorável. É com esta preocupação e pensando nos diversos casais (e não só), que lá residem, alguns deles, ainda jovens e com crianças, que o Grupo Parlamentar do PSD, propõe o seguinte: Atendendo às competências do foro social e urbano da responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara, solicitamos a V. Ex.^a uma resolução rápida, que salvguarde o bem-estar das pessoas que lá residem.” Depois, relativamente à reparação da via em Bordonhos, danificada pela colocação do saneamento, constatou que andava uma firma a reparar a vala com massas quentes depois dos funcionários da Câmara Municipal terem andado a colocar massas frias, ou seja, a Câmara Municipal põe massas frias e, logo a seguir, a firma levanta as massas frias e coloca massas quentes, pelo que perguntou ao Presidente da Câmara se isto tem alguma explicação.

Deputado Municipal Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS): Fez a seguinte intervenção: “Esta autarquia tem desenvolvido um trabalho extraordinário e digno de realce na preservação e proteção do Património Arqueológico Municipal pelo que quero propor o voto de apreço ao executivo municipal nesta matéria, considero que tem dedicado um esforço considerável na preservação dos espaços considerados de interesse público municipal. São exemplo desse empenho na recuperação e valorização do património arqueológico as obras de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reabilitação e requalificação do Balneário Romano nas Termas de São Pedro do Sul, sendo a maior obra cultural da região centro com maior investimento em recuperação de monumentos no valor de um milhão quinhentos e quarenta e nove mil novecentos e quatro euros. A requalificação e valorização desta importante estação arqueológica desde a conservação e restauro das estruturas descobertas pelas sondagens arqueológicas que foram realizadas e que culminarão na abertura de um espaço museológico que será, com certeza, uma grande atração para a cidade e para a região. A criação de um polo de desenvolvimento cultural conservando na sua história, vai acrescentar mais-valias ao turismo de saúde e bem-estar, aumentando a visibilidade de São Pedro do Sul contribuindo assim para a dinamização da atividade turística do concelho. Um outro espaço arqueológico considerado de interesse público e importante para a história de São Pedro do Sul é o Castro do Banho em Ferreiros, Serrazes, para o qual o executivo está a preparar uma candidatura para a sua preservação e valorização. Considerado imóvel de interesse público, este importante legado arqueológico, proveniente da idade do ferro, anos quinhentos antes de Cristo, constituiu um povoado fortificado com cerca de cem casas com várias configurações, o espaço foi adquirido pela Câmara Municipal, foi desmatado e delimitado e a sua requalificação será também um ponto de atração turístico dada a sua proximidade das Termas, facilmente será visitado pelos aquistas. Outro castro, existente no concelho e que recentemente foi também objeto de atenção da Câmara, é o denominado Castro de Baiões ou Castro da Senhora da Guia, proveniente da idade do bronze, portanto mais antigo ainda que o de Ferreiros, é denominado Castro de Baiões ou Castro da Senhora da Guia, proveniente da idade do bronze, anos seiscentos, setecentos antes de Cristo, onde agora apenas subsistem vestígios de um importante povoado que foi posteriormente destruído com a construção da capela e da estrada de acesso. O espólio existente, do qual verificamos aqui algumas peças, constituído por peças de bronze, cerâmica, mós, argolas, machados, pontas, setas e outros que estavam depositados até algum tempo no seminário diocesano de Viseu e recentemente o interesse focalizado do executivo por este assunto, levou à organização de um protocolo com a Universidade Católica de Viseu para a cedência e guarda do referido espólio cujos serviços do município estão a identificar e inventariar para futuramente ser exposto no Balneário Romano e no futuro espaço museológico do edifício da antiga cadeia, outro espaço que também a Câmara tem interesse em requalificar. Os exemplos recentes aqui apresentados são prova evidente do trabalho desenvolvido pelo executivo municipal na preservação e valorização do património cultural e museológico do concelho, mas outros exemplos existem por todo o concelho e mostrarão especial interesse do executivo certamente. Sem fazer um levantamento exaustivo mas, ao correr da pena, recordo alguns que terão certamente o interesse da Câmara e alguma intervenção a fazer, refiro-me ao Castro da Cárcoda; ao aqueduto de São Cristóvão de Lafões, terminar aquilo que já foi anunciado; a via romana em Manhouce; eventualmente o Solar dos Malafaias em Santa Cruz da Trapa; a pedra escrita de Serrazes e, como disse anteriormente, a recuperação do edifício da cadeia para transformação em espaço museológico. Considero, por isso, que era de toda a justiça enaltecer a dedicação do executivo nesta matéria considerada de interesse público.” Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Apresentou moção com o seguinte teor: “Moção - Face às frequentes reclamações apresentadas diariamente pela população dos vários lugares das nossas freguesias e do nosso concelho, relativamente ao estado caótico da iluminação pública das nossas estradas, caminhos e arruamentos, apresento a presente moção para que

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possamos manifestar o nosso desagrado com a situação e levar a cabo as diligências necessárias junto da EDP, da provedoria respetiva e de outras entidades relacionadas, para a resolução destes casos. Assim proponho que, desta Assembleia Municipal, saia uma manifestação clara de força para que a Câmara Municipal possa reivindicar junto das entidades competentes e que a Assembleia Municipal expresse o seu descontentamento e o descontentamento de toda a população do concelho, às entidades competentes (EDP, Provedoria, Ministério da Economia/Administração Interna, Assembleia da República e ERSE).” Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS): Apresentou intervenção escrita com o seguinte teor: “O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS), vem com esta intervenção fazer a sua análise sobre a colocação e início de funcionamento da SIV – (Ambulância de Suporte Imediato de Vida). Assim e como deve ser do conhecimento de V. Ex^{as} senhores deputados por despacho n.º 14898/2011 de 03/11 do Ministério da Saúde, definiu a existência de uma SIV nas SUB s (Serviço de Urgência Básica), em S. Pedro do Sul desde Setembro de 2013. O despacho n.º 5561/2014 de 23/04 igualmente do Ministério da Saúde refere que as SUB devem ter uma SIV. O Ministério da Saúde por despacho n.º 10319/2014 de 11/08 volta a fazer referência que as SUB têm uma ambulância SIV ativável pelo CODU (Centro de Orientação de Doentes Urgentes) do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica). Em 16/06/2015 o INEM notícia que vai colocar 7 SIVs em 7 concelhos do País e destes 7 é referenciado o de S. Pedro do Sul. E é a partir desta data, 16/06/2015, que o Executivo Camarário da altura e atual na pessoa do seu Presidente Vítor Figueiredo, inicia a longa batalha, com insistência e perseverança junto do INEM para que fosse dado cumprimento aos diversos despachos acima referenciados, com diversas reuniões pelo meio com o Presidente do Conselho Diretivo, Dr.º Luís Meira. Da insistência, perseverança atrás referidas e exigência, vê-se assim, depois da longa batalha, cumprido com êxito todo o esforço a que V. Ex.^a Senhor Presidente dedicou a esta causa com a colocação da ambulância SIV, com base institucional na SUB de S. Pedro do Sul, nosso concelho a partir de 02/01/2019 e que irá servir também os concelhos de Oliveira de Frades, Vouzela e parte de Castro Daire. Queremos aqui e muito sumariamente dizer o que é uma SIV (Suporte Imediato de Vida). Ambulância com equipamento para que um paciente desde que nela entre tenha todas as condições para que seja mantido com vida até dar entrada no hospital central, é composta por um enfermeiro e um técnico de ambulância de emergência, além de equipamento próprio e autónomo com capacidade de prestação de suporte avançado de vida que permite a transmissão de eletrocardiograma e sinais vitais. No nosso concelho irá certamente, salvar vidas, V. Ex^{as} sabem que o mesmo é bastante disperso e sinuoso, só para terem uma ideia temos localidades que distam da sede (do concelho) 32 Km como Bordozedo e que para percorrer estes demora-se cerca de 50 minutos, Ameixiosa – 30 Km cerca de 45 minutos, Gestoso - 32 Km cerca de 45 minutos etc. etc. Por tudo o que acabámos de explanar o Grupo parlamentar do Partido Socialista (PS) elogia o executivo Camarário na pessoa do seu Presidente Vítor Figueiredo, pelo seu empenho, sua insistência, sua abnegação à causa pública.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Apresentou, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, moção com o seguinte teor: “Moção da Bancada do PSD: Implementação de medidas de apoio à reciclagem - Atendendo a que o concelho de São Pedro do Sul se apresenta como um concelho turístico e de natureza, e tendo em conta que urge tomar medidas em prol do meio ambiente, começo por dar nota positiva ao esforço deste executivo na implementação no terreno de mais ecopontos. No entanto, no sentido da prossecução de um



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvimento sustentável, assente na responsabilidade ambiental de todos, e tendo presente as competências da Bancada Parlamentar do PSD, vimos por este meio propor que o Município de São Pedro do Sul adote as seguintes medidas que consideramos pertinentes: 1. Divulgação de boas-práticas ambientais, na comunidade em geral, para tal, importa divulgar o valor pago por todos os Munícipes, pela recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, e na poupança que podemos arrecadar e investir no concelho de São Pedro do Sul, se efetivamente implementarmos a reciclagem; 2. Contactar e sensibilizar o tecido empresarial do concelho, informando acerca das formas de depósito e recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, e da importância da implementação da Reciclagem, divulgando o Ecocentro, estimulando a sua utilização, promovendo o aumento da quantidade de materiais encaminhados para reciclagem; 3. Realizar, ainda, ações de sensibilização, na comunidade escolar, que permitam otimizar os objetivos do programa de reciclagem, que se consideram de extrema importância para o desenvolvimento sustentável; 4. Apoio às famílias que implementam a reciclagem, que passa a estar indexada a um valor atribuído, ao peso de materiais recicláveis entregues no ecocentro, pelo que quanto mais reciclar menos paga na fatura da água. Seria possível uma poupança que pode chegar aos 50% em comparação com o tarifário atual na fatura da água, através de uma relação direta entre o pagamento e a produção de resíduos, incrementando a recolha seletiva.” Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Apresentou, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, moção com o seguinte teor: “Moção: Segurança Rodoviária no Concelho de S. Pedro do Sul - Servindo de base a esta Moção, a Lei de Bases da Proteção Civil com suas sucessivas alterações e a Lei que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal, relativamente à segurança rodoviária concelhia. “A proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram. A atividade de proteção civil tem carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução de forma descentralizada com o apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou *proveniente de níveis superiores.*”(a) No enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal o Presidente da Câmara Municipal é a autoridade municipal de proteção civil e as Juntas de Freguesia têm o dever de colaborar com os serviços municipais de proteção civil, prestando toda a ajuda que lhes for solicitada, no âmbito das suas atribuições e competências, próprias ou delegadas. A proteção civil municipal tem como objetivos fundamentais prevenir, atenuar os riscos coletivos, socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público e apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas. A mesma exerce os domínios de levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos; análise permanente das vulnerabilidades municipais perante situações de risco; informação e formação das populações; planeamento de soluções de emergência; inventariação dos recursos e meios disponíveis; estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de infraestruturas, bem como do ambiente e dos recursos naturais; previsão e planeamento de ações concernentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no território municipal. Face ao exposto e de acordo com estes objetivos, domínios e competências, a Bancada Parlamentar do PSD vem propor que os serviços municipais de proteção civil com o apoio das Juntas de Freguesia, tendo em conta as vulnerabilidades visíveis atualmente nas redes viárias municipais, elaborem um levantamento com a identificação de riscos no âmbito da segurança rodoviária no município, para que seja efetuado um plano de mitigação de como prever e reduzir os riscos identificados e que sejam tomadas medidas de segurança face aos riscos inventariados. Fonte: - (a) Artigo 1.º da Lei n.º 27/2006 de 3 de julho alterada pela lei 80/2015 de 3 de Agosto (Lei de Bases da Proteção Civil); - Lei n.º 65/2007 de 12 de novembro (Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal).” Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Sobre o problema da iluminação pública, disse que em tempos fizeram uma queixa à EDP e, na altura, tiveram algum feedback, mas as coisas continuam praticamente na mesma. Referiu também que, em relação à vespa asiática, ou vespa velutina, existem imensos ninhos espalhados por todo o lado, dizendo que: “Nós tínhamos há pouco tempo uma dúzia deles na freguesia, que foram comunicados, e apenas foram retirados três ou quatro porque não têm capacidade para lá chegar. Têm que fazer ações de sensibilização e depois darem solução às coisas. Quero alertar também para o seguinte: os ninhos das vespas não são retirados durante o dia, são retirados à noite, porque, como têm sido retirados durante o dia, vai fazer com que as vespas não morram, provocando a sua proliferação (isto é dito pelos técnicos), porque a maior parte das vespas está fora e quando regressam, o que fazem é construir um novo ninho e normalmente não constroem um, constroem dois, três ou quatro. A Câmara Municipal tem estado a proliferar as vespas asiáticas, a Câmara tem que tentar arranjar um método ou pedir ajuda a alguém com equipamento, porque os ninhos estão muito altos, com alturas de vinte e tal metros. Acredito que a Câmara Municipal, neste momento, não tenha possibilidades nem pessoal para o fazer, mas é urgente arranjar uma solução.” Deputado Municipal Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD): Relativamente à moção apresentada pelo Deputado Municipal António Lopes Ribeiro, referiu que aquelas casas foram feitas pelo Sr. Dr. José Augusto de Almeida (conhecido pelo Pedra Azul) e que ficou com o nome da sua esposa D.ª Conceição Almeida - a Fundação Conceição Almeida, nunca foi da Conferência São Vicente de Paulo, pelo que tem algumas dúvidas até que ponto a Conferência de São Vicente de Paulo possa tomar conta delas, perguntando o que terá acontecido com essa Fundação. Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto (PS): Apresentou intervenção escrita com o seguinte teor: “«A cultura assemelha-se a uma árvore de lenda em que cada galho se distingue do do vizinho, cada flor o seu matiz e perfume, cada fruto o seu sabor. Essa cultura ou aquele povo tem um carácter particular, mas todos os galhos brotam do mesmo tronco e todos eles se alimentam da mesma seiva. Se os galhos se partem, as flores murcham, os frutos perdem-se.» (Noémia Metello Leitão e José M. Lopes, O Saber do Povo - Ao Princípio era o Canto). As árvores sobrevivem aos homens. Mesmo quando morrem, deixam profundas raízes. Também a história deverá sobreviver aos homens. A Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris, em Outubro e Novembro de 1972, produziu a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Esta declaração entrou em vigor no ano de 1975 e veio a ser ratificada pelo Estado Português em 15 de Outubro de 1982. Nela, a preservação do património, por se tratar de uma herança comum, é atribuída, em primeiro lugar,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aos governos de cada Estado. Contudo, as terras, por mais pequenas e insignificantes que sejam, têm história. História essa construída, laboriosamente, pelas sucessivas gerações que contribuíram para a sedimentação de toda uma cultura que urge preservar e divulgar. Para que não haja uma rutura com o passado, julgamos ser de primordial importância transmitir aos vindouros todo o património histórico-cultural da sua terra. É necessário que os sampedrenses se orgulhem do seu passado, que tenham reverência pelo seu berço natal, onde vivem ou continuam a viver os seus patrícios. Nas diversas freguesias há património de maior e de menor relevância histórica e, por vezes, com ou sem intenção, são cometidos "atentados" que o descaracterizam (como já aconteceu na freguesia de Vila Maior). Assim, pretendo sensibilizar a Câmara Municipal para a elaboração de um estudo sobre o património tangível do concelho de S. Pedro do Sul, tendo como objetivo a sua classificação de interesse nacional e/ou municipal de modo a despertar a consciência da população para os valores do seu património histórico e cultural. Informo que estou disponível para colaborar, *pro bono*, quanto à freguesia de Vila Maior." Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior Paulo Alexandre Pinto Lima (PS): Fez a seguinte intervenção: "Queria aproveitar a oportunidade para felicitar o município e igualmente o Sr. Presidente da Assembleia pelo seu determinante contributo pela aprovação da candidatura à rede Internacional das Biorregiões. São Pedro do Sul é apenas o 3º Município do país a aderir, o que de alguma forma enaltece ainda mais a opção por uma estratégia de desenvolvimento mais sustentável, tendo por base modelos biológicos e agroecológicos. Este conceito que assenta num enorme respeito pelo território natural e ambiente, não se esgota na produção biológica. Aposta na promoção de estratégias de valorização do património natural, histórico e cultural. Como tal, compete-nos a todos nós, em particular o Município, fazer despertar em toda a comunidade local, instituições públicas, privadas, de cariz social, escolas, operadores turísticos, agricultores, consumidores etc., uma consciência mais ecológica para que a gestão sustentável dos nossos recursos locais seja uma realidade no concelho a curto prazo." Presidente da Câmara Municipal: Em resposta às várias intervenções, referiu o seguinte: "No que diz respeito àquilo que disse o Sr. Deputado Municipal Rogério Duarte, essas cadeiras já foram reparadas por diversas vezes, faziam parte do Caderno de Encargos na altura em que o senhor ainda estava na Câmara Municipal como principal responsável por aquela obra, tinha o pelouro da educação, aquelas cadeiras efetivamente não serão da melhor qualidade, haveria certamente outras de melhores qualidades, e têm-se vindo a deteriorar e agora mais uma vez foram reparadas. Em relação àquilo que disse o Deputado Municipal António Lopes Ribeiro, a resposta deu-lha o seu colega de bancada, porque efetivamente o problema é saber de quem é a propriedade daquelas instalações. Sobre a vala quando ia para Bordonhos, ainda bem que há buracos porque noutros tempos não havia buracos, não se fazia saneamento, nós estivemos largas dezenas de anos sem saneamento, o concelho de São Pedro do Sul é o pior concelho de todo o distrito a nível de saneamento, estamos no Século XXI e São Pedro do Sul, infelizmente, tem cerca de 36, 37% de saneamento; na freguesia de Valadares, por exemplo, temos de fazer intervenções a nível de saneamento e de águas, só nessa freguesia temos que gastar um milhão de euros. Houve muito dinheiro no passado com candidaturas que podiam ter sido efetuadas e que nunca foram feitas, e não eram feitas porque as obras de saneamento são obras que os autarcas não gostam muito de fazer por causa dos transtornos que causa abrir valas nas estradas e as pessoas, passado um dia ou dois, já estão a reclamar das valas abertas. Bordonhos finalmente vai ter saneamento, falta só fazer a ligação à rede da conduta principal, que provavelmente ainda poderá demorar cerca de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um ano, porque vai estar ligado à conduta da ETAR de Valgode e essas obras ainda poderão demorar mais algum tempo. É claro que a estrada de Bordonhos tinha que ser esburacada para passar as condutas da água, e aquilo que viu foi realmente a empresa a compor aquilo que não estava bem, devido às reclamações que nós apresentámos a essa mesma empresa, mas como a empresa não tem tempo até ao Natal para compor toda aquela estrada, porque hoje é sexta-feira e vamos ter este fim-de-semana todo prolongado com férias de Natal, nós não queríamos que as pessoas andassem a passar nos buracos e, embora aquilo pertença efetivamente à empresa, decidimos tapar os buracos maiores antes que venha mais chuva que crie mais buracos. No que diz respeito ao que disse o Sr. Deputado Municipal Júlio Meneses, sobre o património arqueológico, as peças que aqui estão são algumas das mais de cem peças que conseguimos recuperar junto da Universidade Católica, são peças que fazem parte do espólio do concelho de São Pedro do Sul e que, finalmente, conseguimos trazer para São Pedro do Sul. Obrigado pelas palavras, só queria fazer uma retificação: este espólio não irá para o Balneário Romano, no Balneário Romano ficará só o espólio romano, este irá para o edifício da cadeia, que queremos qualificar. Em relação ao que disse o Sr. Presidente de Junta José Carlos Almeida, tem razão no que diz respeito ao Castro da Cárcoda, há muito a fazer ainda, a Dr^a Teresa já preparou uma candidatura que chamámos a Rota dos Castros, numa primeira fase não foi aprovada, mas estamos a preparar já outra para que possa ser aprovada juntamente com os castros de São Pedro do Sul e também com outros castros de outros municípios que aderiram. Sobre a iluminação pública, tem toda a razão, aliás já houve três ou quatro Presidentes de Junta que falaram sobre isso, eu próprio já fiz diversas “démarches”, nalgumas situações deram frutos, noutras nem tanto, a iluminação pública é efetivamente um cancro que nós temos, pior ainda que os buracos, porque uma lâmpada fundida, muitas das vezes, causa um transtorno enorme às pessoas, mais do que, se calhar, um buraco grande à sua porta. De forma que, se vocês entenderem, devem apresentar aqui uma moção de repúdio aos serviços da EDP, acho que é pertinente, embora possa não vir a causar grandes frutos mas, pelo menos, transtornos para nós, também não causarão certamente. No que diz respeito ao que disse o Sr. Deputado Municipal Custódio Rocha, efetivamente a SIV foi uma grande conquista e temos a promessa que no dia dois de janeiro essa mesma ambulância possa cá estar. É uma ambulância muito rápida, que fará a diferença entre a morte e a vida, que terá quase todo o equipamento que um hospital tem, que fará com que uma pessoa que more nos sítios mais distantes do nosso concelho ou dos concelhos vizinhos possa chegar com vida a um serviço hospitalar. Há muitos anos que andamos a batalhar, o Centro de Saúde está feito desde 2013, penso eu, desde essa altura que já cá devia estar e, será uma conquista de agora. Em relação ao que disse a Sr.^a Deputada Municipal Mónica Almeida, esse assunto está em estudo, até ao início deste ano nós tínhamos no nosso concelho cinquenta e sete ecopontos, só este ano já colocámos mais quarenta e dois, ou seja, quase que duplicámos o número de ecopontos e vamos colocar mais oitenta e um nos próximos meses, ou seja, nós vamos triplicar o número de ecopontos que existiam no nosso concelho. Além disso, foram colocados também quatro ilhas ecológicas e no início de janeiro do próximo ano iremos fazer um protocolo com o Planalto Beirão em que irão ser colocadas mais oito ilhas ecológicas no nosso concelho. Depois, a ser aprovada a sua proposta, era injusta em relação às pessoas que moram nas restantes freguesias, porque o único sítio onde se pode pagar ou haver um reembolso, ou haver um vale de desconto, era no ecocentro e só existe um no concelho, o que significa que as pessoas de Manhouce, São Martinho das Moitas, Figueiredo de Alva nunca

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

teriam hipótese de estar nas mesmas condições das que moram aqui perto do ecocentro, e nós precisamos que as pessoas estejam todas no mesmo patamar, possam todas ter direito às mesmas coisas, de forma que acho contraproducente, neste momento, que a sua proposta seja aprovada. Neste momento temos uma candidatura apresentada que, provavelmente, será aprovada, em que cada pessoa em cada habitação irá ter um ecoponto, em que estão previstas também ações de sensibilização, ações essas que têm sido feitas ao longo dos últimos anos, que continuam a ser feitas e que constam dessa ficha de candidatura. Em relação ao que disse o Sr. Presidente de Junta Pedro Soares, neste momento, na Câmara Municipal, não temos nenhuma carreira profissional de motosserrista ou de madeireiro, porque é um risco grande cortar árvores, há pessoas que morrem, que ficam debaixo das árvores, que ficam inclusive sem pernas a cortar árvores, de forma que, em consciência, não posso pedir a um funcionário municipal que vá fazer o corte dessas mesmas árvores, mesmo as pessoas que não têm preparação têm-no feito com boa vontade e dedicação, tenho uma ou duas pessoas que muitas vezes realizam esse tipo de trabalhos. Não pode ser a Câmara Municipal a cortar todas as árvores que estão secas, ou por fogo ou por mato, porque no nosso concelho, provavelmente, já serão centenas que estarão numa situação dessas, também compete aos particulares, aos donos dos pinhais tratarem dos seus pinhais, se uma árvore cair da sua propriedade para uma via pública, a responsabilidade máxima é do dono do pinheiro. Nós, a nível de proteção civil, o que podemos fazer, para já, é aquilo que está a ser feito, fiz uma reunião com os nossos fiscais municipais no sentido de cada um nas suas freguesias alertar as populações para a necessidade de corte dessas árvores. Além disso, já saiu um edital na comunicação social, ou no facebook da Câmara Municipal, sobre isso. Agora, certamente que haverá muito para fazer e nunca conseguiremos evitar todos os perigos e acidentes que possam acontecer, podemos minimizar o mais possível e isso está a ser feito, mas não há situações perfeitas, porque os acidentes acontecem muitas vezes quando menos se espera, muito está a ser feito e certamente muito mais haveria para ser feito. Sobre o que disse o Sr. Presidente da Junta José Luís Morujão, na Câmara Municipal não temos nenhuma categoria profissional para matar vespas asiáticas, temos uns “jeitosos” que vão fazendo esse tipo de serviço e quando me diz que esse serviço devia ser feito à noite, certamente que sim, agora o problema é que no ano passado queimámos setenta ninhos de vespas, este ano já foram cento e cinquenta, só que os que ficaram estão muito altos. Quem é que lá vai? Os proprietários deixam cortar as árvores? Eu não posso chegar lá e cortar a árvore, porque depois tenho um processo em tribunal porque a responsabilidade é minha. Certamente que era melhor que fosse feito à noite, agora sabendo que quando esse serviço era feito a caminhar para a noite eles conseguiam eliminar dois ou três, quantos meses eram precisos para conseguirmos eliminar tanto ninho de vespa asiática, quando é que os funcionários da Câmara conseguiam “safar-se” disso? Sabendo que há deslocações daqui para Fragoselas, Covas do Rio, Pindelo, Rio de Mel, que levam tempo. Por exemplo, não podemos ir matar, numa noite um a Rio de Mel e depois outro a Vila Maior, outro a Pinho, isto demora tempo e o tempo perde-se no caminho. De forma que eu comungo consigo essa preocupação. Infelizmente cada vez iremos ter mais vespas asiáticas e não sabemos de onde vêm essas pragas, é uma situação que não vamos conseguir controlar. Já agora alerta todos os presidentes de junta para o facto de em Valadares existir também uma praga nos citrinos, que veio da região da Galiza, desceu pela zona do Porto, foi até Aveiro, de Aveiro entrou por Albergaria, Sever do Vouga e já está em Valadares, e esta praga ainda é pior do que as outras, vai trazer um vírus que, para já, ainda não está em Portugal, de forma que

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

temos que fazer uma ação rápida em Valadares, no sentido não de resolver a situação de forma definitiva porque senão ela já tinha sido resolvida a montante, mas de a minimizar. Aliás, neste momento temos bicho em tudo o que é relacionado com a agricultura: temos o nemátodo do pinheiro, temos a vespa-das-galhas-do-castanheiro, temos bicho nas oliveiras, nos carvalhos, e a vespa asiática é mais uma. Muitas pessoas que têm colmeias já estão a combater as vespas asiáticas, nós não podemos estar em todo o lado. Sobre a questão de estudo do património tangível do concelho queria agradecer ao Deputado Municipal Manuel Mouro a sua boa vontade, de Vila Maior poder dar uma ajuda. Em relação ao que disse o Sr. Deputado Municipal Paulo Lima, sobre a questão das biorregiões, o concelho está de parabéns, não apenas este executivo, todos nós devemos trabalhar para que efetivamente o concelho seja o melhor possível, aquilo que se conseguiu aqui para o nosso concelho ser considerado como uma biorregião, foi uma grande vitória, só com a vontade, trabalho e colaboração de todos podemos construir um concelho melhor, porque só assim é que o concelho pode avançar.” Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Referiu o seguinte: “Infelizmente a imagem dos políticos está completamente degradada na sociedade, até nas camadas mais jovens, e está degradada porquê? Porque não se fala a verdade. Eu na última Assembleia lancei um desafio para que criássemos o melhor ambiente possível e que se falasse a verdade. O Sr. Presidente da Câmara disse que as cadeiras são da altura em que eu fui vereador. Eu nunca fiz nenhum concurso, nunca abri nenhum concurso para aquisição de equipamentos para o Centro Escolar. O Sr. Presidente vai fazer o favor de, na próxima Assembleia, entregar a cada deputado uma cópia, assinada por mim, do concurso de mobiliário para o Centro Escolar, eu pago as cópias. E foi uma pena o abate daquela sequóia, eu tenho aqui o relatório da técnica que diz assim “Quanto ao estado vegetativo e sanitário da árvore, considero que está em bom estado, numa situação de vento forte o seu balanço deve provocar um certo receio, daí o medo que ela possa cair”, e está aqui uma cópia do Público do dia 20/06/2014, que diz: “Sequóia morta no jardim do Carregal vai ser substituída por outra, abate da sequóia gigante que tinha cento e quinze anos”. Portanto, a preocupação do Deputado Manuel Mouro tem toda a pertinência, porque foi destruído pelo Presidente da Câmara património de grande valor em Vila Maior.” Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto (PS): Interveio dizendo que a árvore em questão foi plantada em cinquenta e oito ou cinquenta e nove e que as suas raízes estavam a destruir completamente a parede da escola. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu o seguinte: “Relativamente à moção, vou manter exatamente o seu teor, e prende-se pelo seguinte: o “deixa andar” levou à degradação completa daquele casario. Importa que alguém tome a iniciativa de fazer alguma coisa e a moção vem exatamente nesse sentido. Eu penso que a Câmara tem autoridade para o poder fazer, mal seria também se nós não pugnássemos exatamente por isso, então não vale a pena nós, Deputados Municipais, estarmos aqui. Nós pautamos por termos uma sociedade em São Pedro do Sul mais justa, mais equilibrada, e foi exatamente nesse sentido que a moção foi apresentada, obviamente que esta é matéria na qual o executivo pode perfeitamente fazer os possíveis e os impossíveis para dar a volta àquilo.” Presidente da Câmara Municipal: Perguntou então se, face ao que foi dito pelo Deputado Municipal Luís Rocha, se o Deputado Municipal António Ribeiro quer propor um “entre vírgulas” na sua moção, salvaguardando a identificação de quem é o real proprietário. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Respondeu que a Conferência de São Vicente de Paulo tem a responsabilidade da gestão, não é dona da propriedade, não sabem de quem é a propriedade, se é da Igreja, a entidade que melhor

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pode resolver o problema é a Câmara Municipal, e foi nesse sentido que a moção foi apresentada. Relativamente à moção apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Valadares e no que concerne à proteção civil, este disse o seguinte: “Eu perguntava ao Sr. Presidente da Câmara quem é o responsável da proteção civil em São Pedro do Sul? Não é o Sr. Presidente da Câmara? Logicamente a quem nós temos que pedir responsabilidades é ao Sr. Presidente da Câmara. Daí o Presidente da Junta e os Deputados da bancada do PSD responsabilizarem o Sr. Presidente da Câmara para tentar resolver e solucionar o problema, algo que corra mal em termos catastróficos no concelho, a responsabilidade cai no responsável da proteção civil.” Relativamente à moção apresentada pelo Deputado Municipal Júlio Meneses ao Sr. Deputado Júlio, o Presidente da Câmara disse serem favoráveis à mesma, homenageando e honrando as propostas apresentadas pelos Deputados Municipais Júlio Meneses e Manuel Mouro. Deputado Municipal Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD): Referiu que o objetivo daquele edifício era para dar sopa às crianças pobres que frequentavam a escola da Negrosa, que era a antiga escola do Conde Ferreira. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Relativamente à questão do mobiliário do Centro Escolar, referiu que quem estava a mentir era o Deputado Municipal Rogério Duarte, porque as cadeiras do auditório faziam parte da empreitada inicial lançada pelo executivo do PSD, no âmbito de toda a obra e que depois foi concluída pelo atual executivo, sendo que o outro concurso a que se estava a referir dizia respeito a todo o outro mobiliário. Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Em relação à praga dos citrinos, disse ser uma questão que preocupa bastante a freguesia, informando que em tempos fizeram um acordo com a Delegação dos Serviços Agrícolas de Viseu do Ministério da Agricultura, no sentido de haver já uma análise da possibilidade de pragas na freguesia de Valadares, por isso é que os serviços agora já introduzem avisos sobre os citrinos, sendo que está disponível para se fazer um trabalho conjunto com o Ministério da Agricultura e com o apoio da Câmara Municipal. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta ao Deputado Municipal António Ribeiro, disse saber quais são as suas competências da proteção civil, lembrando que ainda lhe devem um pedido de desculpas quando o acusaram, através de comunicado, de ser ele o responsável do fogo de 2016. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Relativamente à sua proposta, disse concordar plenamente com o que foi proposto pelo Deputado Municipal António Ferreira Gomes e que gostaria de discutir com a bancada do PSD, atendendo à resposta dada pelo Presidente da Câmara Municipal, aproveitando para lhe perguntar quando é que foram feitas ações de sensibilização na comunidade em geral, na comunidade escolar, na comunidade empresarial, referindo que não é justificação o facto de existir apenas um ecocentro no concelho, pois que as pessoas que estão a norte do nosso concelho também só têm um serviço de finanças, um serviço da Câmara Municipal e um Centro de Saúde que, infelizmente, estão na sede do concelho, portanto não era um motivo para não se aplicar uma tarifa positiva para mudança de culturas, era sim um motivo de impedimento do executivo. Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Interveio para pedir desculpa a todos os presentes, nomeadamente ao executivo, pelo lapso que cometeu há pouco, referindo que, depois de se ter informado junto dos serviços técnicos, efetivamente as cadeiras do auditório de Centro Escolar foram incluídas na primeira fase do caderno de encargos, como não esteve nos concursos de mobiliário, associou aquelas cadeiras ao mobiliário, pelo que reconheceu o seu erro. -----
O Presidente da Assembleia Municipal deu, então, início à votação das moções apresentadas:

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Moção sobre a Segurança Rodoviária no Concelho de S. Pedro do Sul apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Valadares, Pedro Dias Vasconcelos Soares, em nome do Grupo Parlamentar do PSD: aprovada por unanimidade. -----

Moção de Solidariedade apresentada pelo Deputado Municipal António Lopes Ribeiro, em nome do Grupo Parlamentar do PSD: Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Usou da palavra para dizer o seguinte: “Eu concordo em parte com aquilo que o Engº Ribeiro colocou. De facto é uma zona extremamente degradada e acho que deve haver ali uma intervenção, agora nós não sabemos de quem é e eu proponha o seguinte: que aqui na Assembleia fosse eleita uma comissão, a trabalhar gratuitamente e eu estou disponível para saber quem é proprietária daqueles edifícios, para, depois de sabermos quem são os proprietários dos edifícios e de falarmos com eles, trabalharmos no sentido de saber o que é que podemos fazer mais tarde, que é melhorar e renovar aquilo, porque de facto está com mau aspeto e está num sítio excelente da cidade. Neste momento parece-me prematuro estarmos a avançar com qualquer situação, sem sabermos de quem é aquilo.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Disse concordar com o proposto, mas que não invalida a votação da moção em causa. Posta à votação, foi a presente moção aprovada por unanimidade, ficando eleito um grupo de trabalho para esclarecimento da pertença dos edifícios em causa, constituído pelos Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Ekaterina Malginova (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD) e Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD). -----

Moção sobre a iluminação pública, apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida: Presidente da Assembleia Municipal: Propôs que saísse da Assembleia Municipal uma manifestação clara e de força, para que a Câmara Municipal possa reivindicar junto das entidades competentes e que a Assembleia Municipal expresse o seu descontentamento e o descontentamento de toda a população do concelho às entidades competentes: EDP, Provedoria, Ministério da Economia e Administração Interna, Assembleia da República e ERSE. Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto (PS): Disse concordar plenamente com a moção apresentada pelo Presidente de Junta José Carlos Almeida, referindo que fica mais admirado quando vê artigos e/ou propaganda da EDP a dizer que andam a colocar Leds, quando na maior parte das freguesias ainda existem lâmpadas obsoletas. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Solicitou que o teor dessa moção fosse também divulgado pela população do concelho. Posta a presente moção à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Moção sobre a implementação de medidas de apoio à reciclagem apresentada pela Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida, em nome do Grupo Parlamentar do PSD:

Vereador Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida: Usou da palavra para dizer o seguinte: “No que respeita à reciclagem e à recolha seletiva e complementando o que o Sr. Presidente disse, embora concordemos e somos defensores ambientais e todas as práticas que melhorem o ambiente, acho que é importante referir e não esquecer que essa gestão no nosso concelho é feita pelo Planalto Beirão, existe aqui uma entidade que faz a gestão desses resíduos de recolha seletiva de RSU e, ao abrigo de uma candidatura de 2015 que já foi aprovada, surgiram uma série de medidas que, eu penso que umas já estão no terreno e estão a ser implementadas e outras vão ser implementadas no próximo ano, vem dar resposta em muito ao que é proposto, nomeadamente a distribuição dos ecopontos, campanhas de sensibilização, portanto, nós temos

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dezenas de ecopontos que vão ser colocados no concelho, assim como ilhas novas, o Planalto Beirão vai distribuir cerca de cem mil os ecopontos domésticos nestes concelhos todos, praticamente toda a gente vai ter um ecoponto doméstico que vai ser entregue em casa, as ações de sensibilização vão ser reforçadas a nível de empresas, a nível de escolas, a nível das habitações, portanto há um conjunto de situações que está a ser trabalhado, umas já estão no terreno e outras vão entrar muito em breve. No que respeita à discriminação positiva de quem faz a recolha seletiva, é um ponto importante. Eu soube dessa notícia e desloquei-me a Lousada para perceber como é que eles estavam a colocar no terreno essa situação e aquilo que o Sr. Presidente falou da distribuição dos ecocentros é uma realidade, porque eles são entidade gestora, facilita bastante, eles estão a prever construir mais quatro ecocentros precisamente para garantir que o acesso seja mais próximo. No Planalto Beirão, no âmbito desta candidatura, está a ser feito um teste piloto nos municípios de Viseu e Seia, que é o sistema PATY, que basicamente faz com que todas essas ilhas sejam adaptadas e tenham um sistema de contagem (na Europa já há vários países em que isso se utiliza, em Portugal ainda está a ser testado), vamos aguardar os resultados desse teste piloto e se as coisas correrem bem, com certeza isso vai ser traduzido para os restantes concelhos e nessa altura sim, acho que haverá uma discriminação positiva. Portanto penso que é prematuro estamos a sobrepor uma iniciativa à entidade gestora.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Em resposta disse o seguinte: “Eu fico muito contente em saber que essas medidas todas estão a ser tomadas, aliás é uma obrigatoriedade por lei, só estão a cumprir aquilo que está estipulado e também só estão a fazer as candidaturas porque têm que as apresentar. A minha questão é: entregar ecopontos nas famílias resolve o problema cultural de não reciclarmos? É que eu já tenho ecoponto há mais de quinze anos na minha casa e isso não resolve o problema, o problema aqui é cultural e para alterarmos culturas ou fazemos uma discriminação positiva de alguma forma, e da mesma forma que em Manhouce têm, infelizmente, de se deslocar a São Pedro do Sul para ir à Repartição das Finanças ou para vir à Câmara, se trouxerem o material para reciclar ficam com uma tarifa que é descontada e isso é uma prática e que não me parece tão complicada de implementar no ecocentro e que rapidamente daria uma resposta às pessoas e daria uma imagem positiva do município, no sentido de irmos ao encontro da implementação da cultura de reciclagem. Em outros tempos, foram entregues kits de reciclagem em todas as escolas e não funcionou, funcionou numa ou noutra escola quando o professor realmente é mais sensível e implementa isso. Por isso é que eu acho que para haver mudança cultural tem que haver alguma forma positiva de incrementar nas pessoas, senão nós não vamos lá e era nesse sentido que vai esta proposta, portanto aquilo que eu sugiro é que, efetivamente, se faça uma reformulação ou adaptação da proposta, com essas indicações novas que estão a dizer, mas que não se deixe cair uma proposta que vem ao encontro daquilo que é obrigatoriedade legal e que é os nossos princípios em termos de defesa de um concelho que nós dizemos de natureza. Não podemos continuar a permitir situações em que a maior parte dos caixotes de lixo continuam a estar atulhados de tudo o que é lixo que muitas vezes nem sequer poderia ali estar, está a contaminar o planeta. Portanto isso é cultural.” Vereador Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida: Referiu que a melhor resposta a tudo o que foi agora relatado é o aumento em 22% de recolha seletiva que tiveram do ano passado para este ano, dizendo: “Há, de facto, algumas ações de sensibilização nas escolas, as pessoas estão cada vez mais sensibilizadas para esta temática, agora naturalmente que existem situações que têm de ser melhoradas e nós sabemos disso.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Temos uma meta para atingir e estamos a caminhar no bom sentido e esperamos que com estas medidas implementadas cheguemos lá. O caso dos ecopontos e dos caixotes do lixo que estão sempre cheios e muitas das vezes não com os resíduos que deveriam estar, isso teve a ver com um problema que houve e que está identificado, que são sete novas viaturas que vão entrar em funcionamento em janeiro, que deveriam estar no verão, não estiveram e causaram esse problema. De facto, a resposta a esta moção já está no terreno, nós temos uma melhoria de 22% em relação ao que tínhamos o ano passado e acho que essa é a melhor resposta. Em relação aos custos, também é importante as pessoas estarem sensíveis a isso. Por dia, o concelho de São Pedro do Sul perde 500 euros com os resíduos, ou seja, o défice são 500 euros por dia, vezes 365 dias, a nossa fatura é essa, portanto nós somos os primeiros a querer inverter essa situação. Agora, isso não se consegue numa semana e num mês, o caminho está-se a fazer e os indicadores que temos levam-nos no sentido de que no ano passado tivemos um aumento de 0,6% de resíduos sólidos urbanos, muito abaixo dos restantes concelhos e aumentámos muito a nossa recolha seletiva. É esse caminho que nós estamos a seguir e estamos num bom caminho.”

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Usou da palavra para dizer o seguinte: “O valor que nós pagamos é exorbitante, são mais de 500 mil euros/ano que a Câmara paga e tem acontecido aqui um aspeto que pode ser visto de dois prismas: cada vez pagamos mais e, teoricamente, se temos menos população, devíamos pagar menos, pode ser visto de uma forma de que as pessoas, cada vez mais, têm tido a preocupação de colocar o lixo nos respetivos caixotes e há uns anos atrás não faziam e como nós pagamos a peso, pode ser um sinal que as pessoas estão cada vez mais a colocar o lixo nos locais certos. Agora, nós pagamos mais de quinhentos mil euros e o Planalto Beirão não serve só para recolher o lixo, serve para recolher, tratar e para tudo o que tem a ver com a valorização e sensibilização e nós, nessa proposta, estamos a querer não onerar mais o município. No meu ponto de vista e se quiserem, esta moção poderá ter algum sentido numa perspetiva de ser remetida de uma forma indicativa ao Planalto Beirão, agora não podem estar a querer que o município ainda pague mais ou que tenha aqui custos associados quando a competência é do Planalto Beirão e o Planalto Beirão tem feito um conjunto de candidaturas para este tipo de ações, essas candidaturas têm a comparticipação dos municípios e, portanto, a responsabilidade é deles. Agora, se me disserem que eles têm de fazer mais, concordo, há um conjunto de ações de sensibilização que devem fazer e se quiserem que saia daqui uma moção para o Planalto Beirão a dizer que têm a competência para fazerem mais, acho muito bem. A Câmara Municipal aderiu ao Planalto Beirão, paga ao Planalto Beirão, eles têm umas estruturas especializadas nesta matéria e eles é que têm essa responsabilidade.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Concordando com tudo o que foi dito, aceita a proposta de reformularem a moção, mas lembrou ser natural que agora se aumente ainda mais o valor da reciclagem, com a colocação dos ecopontos em todas as localidades, só que o problema continua a ser cultural e esse problema cultural só se vai ultrapassar com outras medidas e era nesse sentido que ia a sua moção. Disse que compreende aquilo que foi exposto, mas que era inadmissível estar-se a esbanjar 500 mil euros/ano, quando desse valor se podia reduzir imenso se todos reciclassem. Presidente da Câmara Municipal: Referiu o seguinte: “É claro que nós não estamos a esbanjar 500 mil euros, o lixo tem que ser tratado, tem que se pagar, a sua proposta vai só de encontro às pessoas que entregarem o lixo no ecocentro. Eu não estou a ver ninguém vir de Manhouce, de Figueiredo de Alva ou outra freguesia qualquer com o carro cheio de lixo para depositar no ecoponto, para depois levar um euro de descontos. O desconto que fala é o



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desconto indexado à fatura da água e temos muita população no concelho que não tem água ao domicílio. Como é que ia depois fazer o desconto a essa gente. Numa altura em que o Planalto Beirão está a investir da forma que está, ainda há pouco foi falado vai-se investir na compra de sete viaturas novas, se for por todos os concelhos que fazem parte do Planalto Beirão, são milhares de ecopontos, nós ainda iremos ter em 2019 mais oitenta e tal ecopontos, nós ainda vamos exigir mais ao Planalto Beirão? O Planalto Beirão somos todos nós, é constituído por todos os municípios e quando entrou esta gestão o Planalto Beirão estava cheio de dívidas, e ainda hoje tem, e essas dívidas têm de ser pagas.” Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Perguntou se havia alguma forma de monitorizar a recolha seletiva de cada um dos ecopontos. Vereador Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida: Respondeu que atualmente não, e o que estava aqui em causa era que a recolha seletiva, os resíduos, o vidro, a embalagem e o papel são valorizados e quem os valoriza é o Planalto Beirão, que é possível ser feita a monitorização só que existem milhares de ecopontos nos municípios todos e têm um custo e esse custo não é absorvido pela valorização. Disse que essa questão já foi levantada, daí estar-se a testar o sistema piloto PAYT. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Disse que se houvesse monitorização de cada um dos ecopontos era fácil por cada região fazer-se a redução da referida taxa, eventualmente à proporção daquilo que o município iria reduzir no pagamento. Vereador Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida: Respondeu que isso tem a ver com os territórios, que o custo que o nosso município tem com a recolha tem a ver com o território onde estamos inseridos, pelo que iria ter custos elevadíssimos. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Propôs que este assunto deveria ser ponderado e retomado na próxima sessão.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concordou com o proposto e não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, deu início à análise e discussão dos assuntos da **Ordem do Dia**: -----

3.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Solicitou esclarecimento relativamente à situação financeira, concretamente na discrepância existente na Previsão Corrigida para a Receita Cobrada Bruta relativa aos rendimentos da propriedade. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Esclareceu que tinha a ver essencialmente com as rendas das Termas, pois se a renda baixou não foi cobrada. Referiu que quando foi aprovado o orçamento para este ano, ainda não havia a aprovação da redução da renda, que o valor que lá constava era o valor total, que só em março foram reduzidas as rendas e desde essa altura o valor da renda não foi cobrado, passou a ser cobrado apenas o valor que foi definido. Disse ainda que, para além disso, existiam as rendas anteriores e que estavam devidas, e que parte delas também ainda não tinham sido cobradas, pelo que a soma dessas duas componentes é que dava essa diferença. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Perguntou porque é que não tinham sido cobradas. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Respondeu que não disse que as rendas não foram cobradas, apenas tinham deixado de existir, que ao fazer uma previsão orçamental a seguir ao início da entrada em vigor do orçamento, se se mudar o valor da renda é natural que ela não tenha sido



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cobrada. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Disse concluir-se então que o município saiu prejudicado, porque neste momento não tem uma receita das rendas da Termalístur. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Respondeu que têm um valor, mas que é inferior. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que o problema das rendas não vinha de agora, vinha da altura em que foi constituída a Termalístur, quando estava sob a alçada da Câmara Municipal e que não havia necessidade de o terem feito. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Usou da palavra para dizer que embora haja menos receita, isso não tem impedido a redução da dívida, preferindo enaltecer a evolução positiva dos valores da dívida. Referiu ainda que consultando a informação financeira fornecida em setembro e comparando com a de hoje, se verifica que houve uma redução de cerca de 350 mil euros. Deputado Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Perguntou se, existindo rendas da Termalístur vencidas e não pagas, não há responsabilidades e as coisas continuam todas na mesma. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Esclareceu, uma vez mais, que essa diferença se prendia sobretudo com duas situações: com a redução da renda que é paga e com a dívida que a Termalístur tem para com a Câmara Municipal referente às rendas anteriores a março 2018, que tem vindo a ser paga e tem vindo a ser reduzida. Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto (PS): Afirmou que aquando da nomeação do Dr. Vítor Leal para administrador da Termalístur, não houve ninguém da bancada do PSD a indignar-se, que quando a Câmara era PSD era um bom administrador e agora já não é, a não ser que exista quem queira ir para o seu lugar porque não é *pro bono*. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu que, neste momento, o que está em causa são os valores e as contas e não a questão da gestão da Termalístur. Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Disse que, na altura, acharam que o valor da renda da Termalístur era extremamente excessivo e todos votaram a redução da renda e que, em termos contabilísticos, quando iniciaram o ano, foi provisionado o valor dessa renda, sendo evidente que, como se baixou a renda, se reduziu essa receita, pelo que a Termalístur só deve conseguir manter as contas em ordem a partir de agora. Referiu ainda que o facto de terem votado a redução da renda foi para que as contas da Termalístur se apresentem em conformidade e também para pedir responsabilidades a quem está a fazer essa gestão, pois não podem pedir responsabilidades a um gestor quando se tem uma renda incomportável.-----

3.2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019": -----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Solicitou ao Presidente da Mesa que o presente ponto fosse votado em separado, ou seja, que a apreciação do Mapa de Pessoal e as Grandes Opções do Plano fossem apreciados e votados separadamente. Presidente da Assembleia Municipal: Respondeu ter dúvidas quando a isso. Presidente da Junta de Freguesia de Sul José Pedro Maurício Pereira (PSD): Disse estar agradado com as obras explanadas nos documentos em causa, mas que existia uma obra, o Projeto de Intervenção Global no São Macário, que, após conversas informais com o executivo, não constava no objetivo Valorização Territorial e Qualificação Urbana, nem nos restantes, pelo que perguntou se se mantém a intenção de fazer essa candidatura. Referiu ainda que de acordo com a Lei n.º 75/2013, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Assembleia Municipal tem por competências aprovar o Orçamento e o Plano de Atividades, bem como o Mapa de Pessoal, que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na referida lei aparece em alíneas diferentes, sendo do seu entendimento que deveriam ser votados separadamente, uma vez que existem sentidos de voto diferentes: enquanto o Mapa de Pessoal se contemplava no orçamento, nas despesas correntes, nas despesas com o pessoal, no Orçamento e o Plano de Atividades extravasam outras obras e outras intenções de despesas correntes e de capital. Presidente da Junta de Freguesia de São Félix Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Lembrou que a freguesia de São Félix, que é mais ou menos a seis quilómetros da cidade, muitas vezes tem ficado esquecida, inclusive neste Orçamento, em que para a sua freguesia está contemplada apenas uma obra, que é a estrada de Vila Nova à Torre, que já constava em orçamentos anteriores e que ainda não foi feita, esperando que seja feita para o próximo ano de 2019. Referiu também que no ponto central de São Félix, quem vem do Entroncamento, existem quatro restaurantes que ainda não têm água canalizada nem saneamento, que no Orçamento do ano passado vinha contemplado o saneamento e água canalizada para o Entroncamento e ainda não tinha sido feito, mas que esse ponto não vinha contemplado para o Orçamento de 2019, pelo que, perante isto, iria votar contra, porque São Félix tem ficado um bocado para trás, ao contrário de outras freguesias que foram contempladas com obras de trezentos mil euros, enquanto que, para São Félix, foram contemplados sessenta mil euros apenas numa estrada que já tinha sido prometida em orçamentos anteriores. Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Referiu que o seu sentido de voto iria ser positivo, porque vê o Orçamento como um todo, embora relativamente à sua freguesia, referiu que apenas constavam uns sanitários no Parque de Merendas. Disse que, nas últimas eleições, o Presidente da Câmara lhe tinha prometido que a estrada de Figueirosa seria a primeira obra que faria no próximo mandato e que não tinha cumprido com a sua palavra. Sobre o polidesportivo, disse que é uma obra que será candidatada em nome da junta, que estão a tentar revitalizar lá o clube e a escola primária, que gostariam de fazer lá um investimento, solicitando ajuda nesse sentido. Disse que louva a candidatura da obra de saneamento em Bordonhos, mas que Bordonhos contribuiu para essa obra, pois o jardim-de-infância de Bordonhos foi vendido por 60 mil euros, que são os 15% que a Câmara investiu, fora algumas obras extra que foram feitas. Sobre o problema da água, disse que existe um melhoramento do depósito da Senhora da Guia, mas gostaria que esse problema fosse resolvido. Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Sobre este assunto fez a seguinte intervenção: “Não sei onde se enquadra a questão de delegação de competências, acho que era importante as juntas terem cada vez mais apoio do município para com a nossa proximidade, com a nossa forma de estar, conseguirmos ajudar os munícipes, conseguirmos ajudar o próprio executivo no sentido de resolver os problemas. A nossa Junta de Freguesia, como todas as outras, de certeza que estavam disponíveis a fazer essa delegação com a Câmara Municipal. Depois a nível do PDM, e já em relação à minha freguesia, se é possível, ou não, num futuro Plano, fazermos um projeto de reestruturação da Quinta de Valadares, onde está a Junta de Freguesia, onde está a cooperativa Mimos, onde está o campo de futebol, onde está o parque de estacionamento, no sentido de fazermos algo mais ali no coração de Valadares. Depois e mais especificamente vejo nas Grandes Opções do Plano a estabilização de emergência pós incêndio de 2017, que penso que tem a ver com a candidatura da requalificação de linhas de água afetadas pelos incêndios, também gostava de saber se implica alguma coisa na freguesia de Valadares, a execução de faixas de gestão de combustível. Foi feita uma primeira intervenção na freguesia de Santa Cruz da Trapa, gostaria de saber se estava previsto para 2019 a execução da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faixa da 227 na freguesia de Valadares, a ligação a São João da Serra e a ligação a Manhouce. A nível de remodelação dos arruamentos do concelho vejo aqui uma rubrica, não vejo alguma coisa para a freguesia de Valadares; vejo aqui a questão da estrada do tronco e queria saber se é a estrada do tronco de Valadares e se também inclui o Gramol e a Ribeira; vejo aqui a estrada da Pedreira, penso que tem a ver com a venda da escola da Pedreira, no sentido do que ficou deliberado do investimento ficar para a localidade da Pedreira, a escola foi vendida por cerca de sete mil e quinhentos euros, infelizmente a Junta de Freguesia não conseguiu ficar com ela, agradecia também esse esclarecimento. A questão de saneamento e água ao domicílio, queria saber a situação do projeto da candidatura que foi feita, se vai ser novamente feita, como é que está essa situação. Também quero dizer mais uma vez que a freguesia de Valadares tem bastante material de água em estaleiro que gostaria que fosse usado, com ou sem candidatura. Para terminar, a freguesia de Valadares tem muitos participantes a nível do trail, de atletas que gostam deste desporto, consta aqui a construção do Centro Municipal de Trail, queria saber para que freguesia é, se é aqui para o concelho, se é para a sede, acho um projeto interessante, é evidente que a freguesia de Valadares também estaria disponível a colaborar com o espaço, se calhar não é assim tão central a nível do concelho, mas a freguesia também tem contribuído para este desporto com atletas, que aproveito para agradecer o seu empenho, a sua dedicação e que têm participado em muitos eventos concelhios e fora do concelho e também são estes atletas que levam o nome do nosso concelho a bom porto e a promoção do mesmo. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Relativamente ao Centro Municipal de Trail, disse que deveria ser construído na Serra da Arada, que foi onde houve o maior e mais exigente trail da Península Ibérica e da Europa. Em relação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, disse que iria votar a favor, porque ao longo dos anos, com este executivo, tem referido isso mesmo, tem dado sempre o benefício da dúvida, até porque Carvalhais não constava em tantas páginas como agora e que, felizmente, essas obras vão de encontro às reclamações feitas pela Junta de Freguesia e têm vindo a ser efetuadas há alguns anos a esta parte. Contudo, solicitou os seguintes esclarecimentos: “Relativamente à situação da cobertura do ring polidesportivo do Pólo Pedagógico de Carvalhais, queria saber como é que isso está contemplado. Relativamente às obras do Reguengo, de Favarrel e Sul, é evidente que quem lá passa vê e sabe quais são as necessidades, contudo há aqui duas situações que me parece que deviam ser, num orçamento futuro, contempladas, que têm a ver com a ligação, não só da minha freguesia, mas também as ligações dentro do concelho entre algumas freguesias: estou a falar da ligação de Sul a Vila Maior, era necessário e era premente para este concelho também estudar a ligação pelo Trigal ou de Sul a Carvalhais, ou seja, quem está em Carvalhais para se dirigir a Sul tem que andar vinte e tal quilómetros quando pode fazer cinco ou seis. Outra obra que eu desde já peço, essa é dentro da minha freguesia, é a ligação Pisão - Arada ou Coelheira - Portela da Arada, era importantíssimo não só para valorizar a Serra da Arada, fazer a ligação dos dois núcleos de freguesias que estão unidas agora, Carvalhais e Candal, e valorizar os interesses turísticos que temos naquela zona.” Presidente da Assembleia Municipal: Referiu que, após uma consulta efetuada aos serviços jurídicos da Câmara Municipal, não era possível votar este ponto separadamente, teria de ser em conjunto. Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Fez a seguinte intervenção: “Fico contente com a explanação feita pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Carvalhais e Candal, contrariar aquilo que existia na opinião pública, que antes ia tudo para Carvalhais,

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

afinal agora parece que Carvalhais está a ser beneficiado, mas ainda bem, espero bem que os outros presidentes de junta também pressionem. Eu tenho algumas dúvidas relativamente ao Mapa de Pessoal para 2019: encontro aqui na Divisão Administrativa a proposta de contratação de um técnico superior na área das Ciências Sociais, Ciência Política e Administrativa. Eu não sei onde é que se pode encaixar nos serviços que a Câmara Municipal presta aos munícipes uma pessoa licenciada, a não ser que seja um fato à medida de alguém, se for, aí será avaliado, portanto, tenho aqui algumas dificuldades e manifesto a minha ignorância, que não sei quais serão as funções deste quadro superior. Depois, é evidente que quanto a jardineiros ou engenheiro topográfico não tenho qualquer tipo de dúvida, agora tenho aqui outras dúvidas: na Divisão de Educação, Cultura, Desporto e Ação Social, um técnico superior em secretariado, dois técnicos superiores na área da agricultura. Fala-se aqui muito do passado e as pessoas não se podem esquecer que eu integrei o executivo anterior durante oito anos, portanto há algumas coisas que eu não gosto de ouvir, como é evidente, e acho que dever-se-ia deixar de falar do passado. Os sampedrenses querem o futuro, não é o passado, o passado acabou, mas para manter a tradição eu também tenho que falar um pouco do passado: o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu uma entrevista e disse que temos no mínimo duzentos funcionários a mais, portanto pode ir acima de duzentos. Ora, quais são os argumentos que o Sr. Presidente da Câmara, com uma afirmação destas, tem para justificar este tipo de propostas: um técnico de ciências políticas e dois engenheiros agrónomos? O senhor vai-me responder que já reduziram mais de quarenta funcionários, mas não foi o executivo que reduziu, foi a força das circunstâncias que reduziu o número de funcionários, uns por aposentação, outros infelizmente por perda de vida, outros pela possibilidade que lhes foi dada da mobilidade de serviços, portanto não é mérito do exercício político, foi conjuntural, aconteceu com este executivo como teria acontecido com outro qualquer executivo. No início do mandato anterior, quando o Sr. Presidente falava diariamente que estava asfixiado em dívidas, avançou logo para o gabinete com três pessoas e eu tive que criticar, pois se tem funcionários a mais, poderia recrutar aqui dentro. Eu nunca fui contra, nunca disse mal, nunca disse que havia funcionários a mais, se havia funcionários a mais, haja inteligência para os pôr a trabalhar, podem-se rendibilizar aqui ou acolá, não é virmos para a rua dizer que temos funcionários a mais. Portanto, não vamos voltar a cair no mesmo erro que os outros executivos fizeram, se temos a oportunidade de aliviar um bocadinho a carga da massa salarial com funcionários, não vamos estar a agudizar isso.”

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Propôs ao Presidente da Mesa, face ao adiantado da hora e ao número de pontos que faltavam, que fizessem um intervalo para o almoço e regressassem às duas e meia para dar continuidade aos trabalhos. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Em nome do Grupo Parlamentar do PS, apresentou intervenção escrita com o seguinte teor: “Documentos Previsionais para 2019 – Orçamento: Há um ano dizíamos: “é com redobrada satisfação que vemos a situação financeira do município de S. Pedro do Sul consolidada permitindo que o concelho respire e avance rumo ao futuro de forma desinibida, ambiciosa”. Hoje, por maioria de razão, reiteramos a afirmação. Ao contrário de outros que desdenham dos resultados. Sim, governar o concelho é gerir expectativas e obter resultados. E a verdade é só uma: as expectativas têm vindo a ser satisfeitas com execuções práticas bem visíveis por todo o território. Continuando a reduzir a dívida para valores aceitáveis e controlados e o tempo dos prazos de pagamento aos fornecedores e prestadores de serviços, mais uma vez o executivo ousa e eleva a fasquia orçamental para a casa dos 30 milhões de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros. Sinais evidentes de dinâmica fazedora e de confiança. Por isso temos sido reconhecidos e merecido a confiança dos cidadãos nos escrutínios eleitorais. Se em 2018 o orçamento chegou aos 29 milhões de euros, agora acrescentam-se cerca de 5%, elevando-o para os ditos 30 milhões, produto da atenção e aproveitamento das linhas de financiamento governamental e europeu. Do equilíbrio orçamental previsto, é de salientar que se haverá mais receita corrente (cerca de 17 M€) do que receita de capital (cerca de 13 M€), na despesa os valores invertem-se e espera-se mais despesa de capital, isto é, no investimento da qualificação da vida dos sampedrenses e menos despesa corrente. Sobre as receitas globais estimadas, 69% (21 milhões) dizem respeito a transferências do Estado Central e fundos comunitários, com peso significativo das de capital destinadas ao investimento. No que toca à arrecadação por via dos impostos diretos (cerca de 2,3 milhões), estes sobem em relação a 2018, sobretudo à custa da derrama, que incide particularmente sobre as empresas exploradoras de parques eólicos e centrais hidroelétricas, ainda que o IMI constitua 59% dessa receita, mas em linha com os anos anteriores e sem agravamento para o bolso dos cidadãos. No que respeita à “Venda de bens e serviços correntes”, que totalizam pouco mais de 2M€, um valor significativamente superior a 2018, tal deve-se, sobretudo, à cobrança de rendas da Escola Básica de S. Pedro do Sul, propriedade do município e ocupada pelo Ministério da Educação. Quanto às transferências de capital, quer do FEF quer de participações comunitárias, que dizem respeito a dinheiros para investimento no desenvolvimento efetivo do território, registamos o significativo montante de 10,4 M, muito acima do do ano corrente, e que resulta de obras vultuosas em curso, ou a iniciar, cofinanciadas pela Europa, como a ETAR intermunicipal, a Valorização da Termas Romanas, o Parque Urbano do Nogueiral e outras. No que concerne ao capítulo da Despesa, apesar da redução do número de funcionários, os custos com pessoal constituem grossa fatia e estimam-se em pouco mais de 7 milhões, o que constitui um ligeiro aumento por via da atualização salarial, encargos sociais, progressão de carreiras, etc. Reiteradamente temos vindo a afirmar, ano após ano, que é muito importante credibilizar a imagem da autarquia junto dos agentes económicos com que se relaciona. Desta forma, pagando a tempo e horas, obtêm-se fornecimentos de bens, prestações de serviços e empreitadas a custos menores, ajudando as empresas envolvidas numa melhor gestão dos seus próprios orçamentos e dinâmicas. E ainda que se trate de um valor pouco significativo, importa realçar, pelo simbolismo e confiança que transmite, a continuada redução nos juros contratados e nos juros de mora. Sobre a rubrica dos Investimentos, de destacar o aumento de valores agora para mais de 16M, valor fortemente participado pelo novo quadro comunitário Portugal 2020, como resultado do bom aproveitamento das linhas de financiamento europeu. Finalmente, sobre os passivos financeiros, conhecidos como empréstimos bancários a médio e longo prazo, também aqui a CM tem andado bem, ao reduzir em mais 400 000€ os valores em dívida, continuando a trajetória descendente. Grandes Opções do Plano (GOP): Sumariamente, não podemos passar em claro as GOP previstas para o ano de 2019 que montam a cerca de 19,5 milhões, sendo que 17,7M têm já financiamento garantido e apenas 1,8 aguardam financiamento. Desses 17,7 milhões, mais de 12M (68%), vão para a Valorização Territorial e Qualificação Urbana, que inclui o Saneamento Básico, a Rede Viária e Sinalização, a Urbanização, o Ambiente, Espaços Verdes e Jardins e o Abastecimento de Água. Ainda que com valores bastante inferiores, seguem-se as rubricas do Desenvolvimento Cultural e Desportivo, com 5,5%, da Organização e Modernização Administrativa, com 6,7%, da Coesão Social e Cidadania com 1,2%, da Promoção da Educação com mais de 9,2% e a Dinamização da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Economia Local e do Investimento com 9%. Repetimos o que dissemos há um ano: “quem disser que a nova ETAR em construção em parceria com Vouzela na Quinta de Valgode, ou as novas redes e estações de tratamento de esgotos um pouco por todo o concelho não são obras estruturantes nem podem ser plurianuais não sabe qual a importância e complexidade das mesmas. Assim como o abastecimento domiciliário da água pública. Assim como a requalificação das vias municipais. Assim como o novo Parque da Cidade. Ou a requalificação patrimonial que está em curso nas Termas Romanas, uma obra minuciosa e emblemática do ponto de vista histórico e turístico. (...) Assim como quem disser que o Parque Industrial de Pindelo dos Milagres é para concretizar com um toque de varinha mágica continua enganado. Tudo tem o seu tempo. Embora nem sempre o tempo desejado. Aliás muito bom seria se todos estes problemas básicos tivessem sido solucionados mandatos atrás. Hoje não estaríamos a discuti-los. Só pecam por tardios”. E certamente o concelho não estaria desertificado de recursos humanos como está. Mas estamos no caminho certo e na passada possível. Não temos dúvidas. Ora, porque estes dois documentos são coerentes, realistas, consistentes e honram a palavra dada ao eleitorado só poderemos aprová-los.” Presidente da Câmara Municipal: Em resposta às várias intervenções feitas, referiu o seguinte: “Há uns anos atrás acusavam-nos que as obras que este executivo fazia eram de soleira de porta, neste momento as que estão em execução não são de soleira de porta, nem aquelas que se preveem, sejam de soleira de porta. Estamos a falar na requalificação e ampliação da escola do 1º CEB de Vila Maior, que está em execução; na promoção do Centro Educativo da Região de Viseu Dão Lafões, com investimento bastante avultado; na remodelação da cobertura da entrada do Centro Escolar de São Pedro do Sul, que não foi prevista no projeto inicial e que as pessoas muito reivindicam; na requalificação e modernização das instalações da Escola Secundária de São Pedro do Sul que, ao fim de trinta e seis anos, vai ter obras superiores a 1,2 milhões de euros; na eficiência energética na piscina municipal e também do edifício da Câmara Municipal; na requalificação e beneficiação do pavilhão e piscinas municipais; nas largas dezenas de quilómetros de estradas por todo o concelho; nos largos investimentos na área da água e do saneamento; num programa de saúde oral, em que iremos criar condições para que as pessoas possam ir ao centro de saúde e ter acesso a um dentista a um preço muito mais acessível; na construção do Parque Urbano das Nogueiras; na conclusão das termas romanas de São Pedro do Sul; na reabilitação da antiga cadeia; nas muitas obras de águas e de saneamento; na construção do espelho de água na represa das Termas de São Pedro do Sul; na recuperação do edifício da Câmara Municipal, tornando-o acessível a todos os deficientes; na requalificação das aldeias da Pena e de Covas do Monte; no Parque Industrial de Pindelo dos Milagres. É este o Plano que vocês têm para ser aprovado. Estamos a falar ainda num mercado, finalmente o Sr. Eng.º Ribeiro não tem hipóteses em poder votar contra, porque vai ter aqui o mercado que sempre falou ao fim destes anos todos, de forma que não sei como é que agora o senhor poderá votar contra um Plano de Atividades como este. Quero dizer também que, ao fim destes anos todos que se fala em central de camionagem, que agora vamos chamar de interface e intermodal transportes, terá todas as possibilidades para ser concluído e feito, um orçamento de trinta milhões de euros. Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Sul, o projeto do São Macário é um projeto que nós temos todo o interesse em concretizar, é um investimento na ordem de meio milhão de euros, só o conseguiremos concretizar se tivermos participações para o efetuar. Neste momento está aberto um novo programa, o programa “Valorizar o Turismo de Portugal”, em que provavelmente iremos lá

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

incluir este projeto, não poderemos afirmar é que possa vir a ser aprovado, mas se for aprovado, tanto poderá ser uma candidatura feita pela Câmara Municipal como pela Junta de Freguesia, se for a Junta de Freguesia a fazer a candidatura e a aprová-la, terá certamente o apoio da Câmara Municipal na restante parte. Em relação ao Sr. Presidente da junta de São Félix, não gostei que tivesse dito logo que ia votar contra sem saber bem aquilo que aqui está, porque estão aqui mais obras do que pensa: para São Félix está previsto, será provavelmente uma das primeiras obras do ano 2019 a ser lançada, a ligação de Vila Nova à Torre; iremos também fazer a ligação de Casal Bom, que não estava prevista nesses 60 mil euros iniciais, mais uma importância de mais de 37 mil euros, de forma que estamos a falar para São Félix num investimento de 100 mil euros, se nós formos comparar a área de São Félix com, por exemplo, a área de Sul ou de Manhouce, se considerarmos as áreas de cada freguesia, o senhor está claramente beneficiado em relação aos outros Presidentes de Junta que aqui se manifestaram a favor. Além disso ainda teremos obras a nível de água, porque há aqui obras que são genéricas, não são específicas para uma determinada freguesia, obras de água são específicas para diversas freguesias e não são apenas as obras que são feitas na sua freguesia, ou nas outras, que deve contar: nós ao fazermos obras na antiga escola secundária vamos fazer obras para meninos de todas as freguesias; ao fazermos o Parque da Cidade vamos fazer uma obra que não é para a freguesia de São Pedro do Sul, é para todo o concelho; ao fazermos o Parque Industrial de Pindelo dos Milagres não estamos a fazer uma obra exclusiva para Pindelo dos Milagres, é para todo o concelho. De forma que não pode olhar apenas na sua freguesia, a freguesia de São Félix não tem sido prejudicada, pelo contrário, foi com este executivo que foi alcatroada a estrada para Sacados, fomos nós que fizemos a ligação de Vila Maior a Nespereira Alta, que passa também em São Félix e fomos nós que fizemos também a estrada dos Povos do Alto que atravessa também a freguesia toda de São Félix. O senhor é quase o único Presidente de Junta que tem as estradas principais quase todas alcatroadas, a única que fica com possibilidades de reparação, será da Igreja ao Casal. No que diz respeito ao Sr. Presidente de Junta de Bordonhos, a sua freguesia foi das freguesias onde houve mais investimento, foi connosco que o senhor teve obras de saneamento e as estradas todas alcatroadas, foi o maior investimento de sempre na freguesia de Bordonhos, tirando a parte do Parque Industrial. Agora, temos de ser racionais, as outras freguesias também precisam de água e saneamento, o senhor Presidente da Junta de Valadares está a precisar de um milhão de euros de investimento, assim como as outras freguesias, temos que ir dividindo um bocadinho por todos. Vamos investir 140 mil euros num depósito de água, que vai ficar situado em Bordonhos para abastecer provavelmente também São Pedro do Sul, mas principalmente Bordonhos, não me venha dizer que é apenas um investimento em casas de banho no Parque das Merendas. O senhor também vai ter uma estrada requalificada daqui até ao cruzamento de Bordonhos, que já está entregue ao empreiteiro, para benefício de todas as pessoas que lá passam: Bordonhos, Carvalhais, Santa Cruz, vocês vão ser os primeiros a beneficiar diretamente desse acesso e nós queremos estendê-lo até Valadares: agora até ao cruzamento de Bordonhos, a seguir até à Regadinha de Carvalhais, depois até Santa Cruz e todos os anos, progressivamente, teremos que ir fazendo alguma coisa. A questão daquela estrada de Figueirosa, que nunca foi alcatroada, ainda é uma estrada que está em terra batida, nós temos que pensar onde é que são as nossas preferências: vamos alcatroar a estrada principal onde toda a gente passa, ou vamos alcatroar estradas secundárias onde só passam alguns? E o senhor engana-se quando disse que a venda da escola ajudou a pagar as obras de saneamento,

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque a venda da escola ajudou para pagar as dívidas anteriores, nove milhões de euros de dívidas e a escola de Bordonhos teve que ajudar a pagar as dívidas que o executivo anterior contraiu, de forma que as obras que fizemos de saneamento foram pagas com o nosso dinheiro. Sobre a questão da ajuda para a associação ao lado da escola, são situações que não é preciso vir no Plano de Atividades, oficialmente nunca veio esse pedido, mas pode contar que efetivamente iremos ajudar essas obras que vocês entendam que se devam efetuar. No que diz respeito ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Valadares, eu concordo consigo quando diz que as juntas deviam ter mais financiamento, mais apoio, mas eu, se fosse a si, não as quereria, porque a partir do momento em que a Câmara faça protocolos consigo para fazer determinadas obras, o senhor depois vai querer o dinheiro e muitas das vezes não temos o dinheiro para quando vocês precisam, às vezes é preferível ser a Câmara a responsável e a assumir os pagamentos, do que estarmos a dar um presente envenenado conforme já aconteceu no passado. A questão do PDM, tem toda a razão, é uma questão que já andamos nisto há anos, umas vezes faltam-nos umas coisas, outras vezes faltam outras. Sobre a construção da Junta de Freguesia, desconheço, sei que existe lá um terreno numa zona onde não se pode construir nada, se existe lá uma junta ou não, não sei, nunca vi, nunca lá fui, nem posso ir. No que diz respeito às obras que estavam elencadas para Valadares, o Gramol e parte da Ribeira estão incluídas. Sobre a venda da escola da Pedreira, aquilo não era nenhuma escola, aquilo era um pavilhão pré-fabricado completamente deteriorado, o que foi vendido foi um lote de terreno para construção e efetivamente temos um compromisso em que esse dinheiro irá ser aplicado na Pedreira. O projeto de água ao domicílio e saneamento para Valadares custa um milhão de euros, neste momento não há fundos comunitários para águas e para saneamentos, haveria essa possibilidade se tivéssemos feito o protocolo com Viseu e com os outros municípios. De forma que temos que ir vendo quais são as situações prioritárias que teremos que executar a nível de água e de saneamento, sabendo que as prioritárias vão substituir todas as fossas que existem neste momento, por exemplo em Santa Cruz da Trapa são umas 2 ou 3, temos uma série delas que têm que ser transformadas e passar a ETAR's, porque infelizmente, quando chegámos à Câmara Municipal não havia ETAR's, essas fossas estão todas a transbordar, existem em Gestoso, Gestosinho, em Aldeia de Sul, em Pindelo dos Milagres, em Rio de Mel, essas fossas vão ter que ser substituídas por ETAR's e isso custa tudo muito dinheiro e, neste momento, não há financiamento para águas e para saneamentos. O senhor Presidente da Junta de Carvalhais reconheceu que nunca teve tanto como tem neste momento, as obras que estão aqui previstas para Carvalhais queremos executá-las e se possível até fazermos mais, uma delas é repor o pavimento da estrada que, ao colocarmos o saneamento, ficou toda estragada. Há aqui uma que é a estrada de ligação Pouves-Ribas (1.ª fase) que, não sendo na freguesia de Carvalhais, vai beneficiar essencialmente a população de Ribas, para o ano que vem queremos fazer até Ribas porque efetivamente a estrada não está em condições. Relativamente à estrada de Sul -Vila Maior, estamos a falar na estrada de Quintas de Trás da Serra, que consta no plano de atividades e irá ser efetuada e está contabilizada na freguesia de Vila Maior. O dinheiro não dá para tudo, não estica, nós temos que pensar se vamos requalificar aquelas que temos ou se vamos fazer novas e a nossa prioridade, neste momento, é requalificar aquelas que temos, porque temos estradas muito más e temos que melhorá-las. Sobre o que disse o senhor Deputado Municipal Rogério Duarte de ter falado nos duzentos funcionários a mais, em 2013 quando me candidatei à Câmara Municipal, o Município de Arouca, com a mesma área e mais população que São Pedro

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Sul, tinha menos duzentos funcionários que São Pedro do Sul, agora digam-me: como é que um município como Arouca, com a mesma área e com mais população, consegue ter menos duzentos funcionários do que tinha São Pedro do Sul na altura? Ainda hoje a Câmara Municipal tem três engenheiros florestais e agora não pode haver dois agrícolas? Se nós considerarmos que aqui bem perto os municípios têm um engenheiro florestal, como é que me justificam que em São Pedro do Sul haja três? E nós temos necessidade de contratar mais pessoal para determinadas situações concretas. No que diz respeito ao Prof. Ferreira Gomes, revejo-me inteiramente naquilo que disse.” Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Fez a seguinte intervenção: “Primeiro e indo um bocadinho atrás, à análise da situação financeira, a dívida continua a baixar, nós estamos a fazer obra e a dívida continua a baixar. Se bem se lembram, sobretudo para aqueles que andam aqui há mais anos, era normal nesta Assembleia estarmos aqui a aprovar mais um empréstimo de curto prazo e, pela primeira vez, penso que nos últimos vinte anos, não estamos a aprovar aqui um empréstimo de curto prazo, portanto, é sinal de melhoria da situação financeira da Câmara Municipal. Ainda ontem liquidei o último empréstimo de curto prazo à Caixa de Crédito Agrícola, quinhentos mil euros e espero que seja o último que, no final do ano, davam sempre asfixias financeiras. Este ano, pela primeira vez não é preciso, portanto é um sinal de que as coisas estão melhores. De que é que me valia ter rendas elevadas se a dívida era cada vez maior? Nós agora nem precisamos dessas rendas da Termalístur, nem precisamos de empréstimos a curto prazo, sejam eles com que entidade bancária for. Segundo, eu estive nesta Assembleia de 2005 a 2009, e quando estávamos a aprovar o plano e orçamento, os presidentes de junta não diziam “eu tenho a obra x ou obra y”, porque 90% das obras, sobretudo as que tinham incidência nas freguesias, vinham em rubricas genéricas e ninguém se manifestava, porque nem sabiam o que é que lá estava. Nós tivemos o cuidado, por uma questão de transparência, de, sempre que possível, todas as obras estarem lá definidas, aldeia a aldeia. Obviamente, também há outras que têm a ver com redes de abastecimento de água, de saneamento, aquisição de terrenos, não está lá dito em concreto qual é a freguesia, ou muros, ou repavimentações que são feitas pelo serviço da Câmara, essas é que são genéricas, portanto quanto se tenta ser redutor e dizer que só está esta ou aquela obra, não é verdade, nós tentamos enumerar as obras que venham a ser empreitadas, mas há muita obra do ponto de vista genérico que são feitas também em todas as freguesias, portanto não queiram só fazer uma análise redutora só àquelas obras em que está identificada a aldeia. Isso foi um grande progresso e é uma mais-valia para os senhores Presidentes de Junta. Também queria dizer que nós já começámos as delegações de competências e não fazemos mais porque também algumas Juntas de Freguesia não têm capacidade para fazer determinadas coisas, não posso passar essa responsabilidade para eles, estamos a fazer praticamente só com os que têm equipas de sapadores: Santa Cruz, Sul, Pindelo, e muitas vezes também porque de certa forma as Juntas de Freguesia não têm competência ou sobretudo recursos humanos. O Centro de TRAIL não vai nem para Carvalhais, nem para Valadares, o Centro de TRAIL vai para todo o concelho. Um Centro de TRAIL tem mais de cem quilómetros, vai ter albergues em todo o lado, sejam eles privados, de Juntas de Freguesia ou de associações, é esse levantamento que está a ser feito e não podemos ter esta ideia peregrina de cada um puxar só para a sua pequena capela, temos que definitivamente olhar para o concelho como um todo. O Centro de TRAIL é para todo o concelho, não vai ter uma base específica, se possível vai ter passagem na maioria das freguesias, senão em todas e vai ter albergues, se possível, em todas as freguesias, uns maiores



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que outros, onde as pessoas possam ficar a dormir e que sejam zonas de apoio. Este é o conceito de Centro de TRAIL: criar uma rede de albergues e um percurso bem definido e marcado que tentará passar por todas as freguesias. Relativamente ao orçamento, há um aumento de 5% em relação ao ano anterior. Para terem uma noção, o nosso orçamento é o terceiro maior da nossa região CIM e eu acredito que seja o terceiro maior do distrito, é de trinta milhões, é um orçamento ousado, obriga a uma grande responsabilidade nossa na execução, há aqui um grande investimento em infraestruturas no concelho, é um orçamento assente sobretudo em grandes obras, há muita pavimentação necessária, é um orçamento realista, é um orçamento que não vai descurar a contínua melhoria da situação financeira do município. Relativamente ao pessoal, nós começámos com 429 funcionários. Esta semana saiu um estudo que diz que dos 308 municípios, nós somos o número 75 com mais funcionários na Câmara Municipal por habitante, agora, que temos menos sessenta, cerca de trezentos e sessenta funcionários, portanto, se tivéssemos ainda os 429 estávamos entre os primeiros do país com maior número de funcionários por habitante. E nós fizemos muita coisa, não foi só o facto de terem morrido alguns ou de se terem reformado, temos dois funcionários nossos a trabalhar no Centro de Saúde, temos um na Segurança Social, chegámos a ter nas Finanças, um caso em que pediu a mobilidade definitiva, depois de estar dezoito meses cedido ao Ministério da Saúde, portanto, há aqui um trabalho feito que muitas vezes vocês não se apercebem. Os novos lugares aqui a criar já foram aprovados há uns meses atrás na Assembleia e como eles ainda não foram ocupados transitam para o próximo ano. Agora, eu acho muito engraçado quando se fala aqui na expressão “fato à medida”, eu também já estive na Assembleia, na oposição, e sei que muitas vezes houve concursos que foram anulados, porquê? Se calhar aí é que os fatos eram à medida, depois o fato não servia, tinha que ir para trás para mandar arranjar. Não sou eu que defino o teor dos cursos superiores que existem e nós quando estamos a abrir estes lugares, muitas das vezes é a pensar no futuro, se eu tenho pessoas que eventualmente estão num percurso de, nos próximos anos, se virem a reformar, temos que acautelar e há aqui casos desses que não vão entrar, como é óbvio, já nos primeiros meses, mas eu tenho que ter os lugares definidos e preparados. E estão todos zangados por irmos abrir lugar para dois técnicos na área da agricultura, quando se vem aqui muitas vezes dizer que se tem que apostar mais na agricultura, quando agora aplaudiram as biorregiões, quando aplaudiram o mercado. Cada vez mais é preciso trabalharmos com gente qualificada. Nós continuamos a reduzir o número de pessoal ainda que isso não se reflita no aumento de custos com o pessoal, porque o salário mínimo tem aumentado, os descongelamentos foram obtidos, mas o que é certo é que estes lugares que têm vindo a ser criados, são todos com concursos públicos, publicados em Diário da República, nenhum membro do executivo faz parte de nenhum júri. Mais, somos mais eficientes que no passado, porque se temos 429 funcionários e temos mais serviços, temos Espaço do Cidadão, temos mais jardins, temos mais o pavilhão de Santa Cruz, temos um ou dois cedidos a juntas de freguesia e portanto os serviços estão a funcionar melhor com menos gente. Portanto e concluindo, a proposta de plano e orçamento é esta, deixo à vossa apreciação.” Presidente da Junta de Freguesia de São Félix Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Concordou ser difícil gerir 30 milhões de euros para 14 freguesias, que é preciso fazer muitas obras, mas o seu sentido de voto vai no sentido de ter que prestar esclarecimentos aos moradores da sua freguesia, que trabalham, que comem e que dormem em São Félix sobre a situação da água e do saneamento, que se torna incomportável, perguntando se os restaurantes que referiu vão ter saneamento e água em 2019. Deputado Municipal Rogério

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fernandes Duarte (PSD): Disse que apenas pediu para o ajudarem a compreender onde é que uma pessoa detentora de um curso de Ciências Sociais se encaixa na Câmara Municipal, perguntando quais iriam ser as funções que ele poderá vir a desempenhar na Câmara Municipal, nos serviços que a Câmara Municipal presta à comunidade, e que compreende e é entendível a necessidade da Câmara Municipal ter um engenheiro agrónomo e não dois. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Respondeu que o Deputado Municipal sabia quais os conteúdos funcionais da Divisão Administrativa, uma vez que já trabalhou na Câmara Municipal, e a área era Ciências Sociais Ciência Política e Administrativa, que vão abrir o concurso a quem se enquadrar em toda esta área, quando for a altura. Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Referiu que, em relação aos jardineiros, apoiava e que podiam ser ainda mais, porque a Câmara Municipal precisava de jardineiros para o embelezamento do concelho, só que não entendia em relação aos administrativos, pois se o Presidente da Câmara Municipal tinha dito que tinha excesso de pessoal administrativo, precisava era de pessoal de terreno, continuava a encharcar a Câmara Municipal com funcionários. Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Disse que as obras de que falou há pouco eram necessárias em Bordonhos, que não são obras de muito vulto, que relativamente ao Jardim de Infância, referiu que o terreno foi comprado pela Junta de Freguesia e uma grande parte da construção foi comparticipada também pela Junta de Freguesia, com a qual a Câmara Municipal ficou a usufruir. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Disse o seguinte: “Relativamente ao quadro de pessoal, eu só lamento Sr. Presidente é que a postura se mantenha ao longo dos anos. O senhor denegriu a imagem dos funcionários do município quando foi para um jornal público dizer que tinha duzentos funcionários a mais, que havia desvio de combustível ou roubo. Tinha que fazer uma queixa, não é ir para um jornal. O Sr. Presidente errou, porque denegriu a nossa imagem como funcionários da Câmara e a imagem do Município, estou a falar como membro da Assembleia Municipal, a Câmara merecia mais e melhor a representá-la. Por todos estes motivos, acho que quando vão agora abrir todos os lugares, e eu considero que são uma mais-valia e aponta sistematicamente o dedo às mesmas situações, eu tenho que lhe perguntar Sr. Presidente: sabe quantos engenheiros civis tem? Tem onze. Sabe quantos sociólogos tem? Então explique qual é o motivo do exemplo que dá ser o engenheiro florestal? Sabe que área de floresta é que tem? Isto não é política, isto chama-se apontamento pessoal e não lhe fica bem como Presidente da Câmara, e é só por esse motivo que estamos a levantar a questão, porque não me parece coerente, nem construtivo. Mais, queria dar-lhe uma nota positiva relativamente aos engenheiros agrónomos ou agroalimentares, dentro dessa área, porquê? Porque nós, em termos do setor primário, tanto da floresta como da agricultura, o que é que temos no concelho de São Pedro do Sul, se não é essa área em grande escala, nós precisamos muito de apoio às populações dentro dessa área e, nesse sentido, eu aproveito para lhe falar também do orçamento. Falou-se muito das florestas, do investimento das florestas e de que desta vez é que ia ser orçamentado. Que valor é que o senhor orçamentou para faixas de gestão de combustível? Quantos quilómetros acha que faz com 25 mil euros para faixas de combustível? Não é com estes valores de apoio no espaço florestal que nós vamos resolver os problemas da floresta e do desenvolvimento sustentável a nível do concelho, muito menos os problemas dos grandes incêndios. Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Declarou que se iria abster, porque queria um plano e orçamento que incluísse muito mais para a sua freguesia. Disse que no anterior mandato a

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal também teve algumas receitas da Junta de Freguesia de Valadares, mais propriamente na localidade do Covelo, aquando da cedência dos terrenos pelo Dr. Morgado, pela escola do Covelo e agora pela venda do terreno da escola da Pedreira, e que a avaliar o investimento feito nos últimos cinco anos na freguesia de Valadares, mais o dinheiro encaixado da candidatura do saneamento do Covelo, provavelmente aquilo com que a Câmara Municipal entrou foi muito pouco em relação ao que recebeu, referindo não ser uma crítica, mas sim uma sugestão no sentido de ser analisada essa diferença, pois acha que a sua freguesia merece muito mais. Ainda em relação à cedência dos terrenos do Dr. Morgado, questionou o executivo onde é que tinha sido utilizada a receita desses terrenos. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Usou novamente da palavra para dizer o seguinte: “Em São Pedro do Sul continuamos a ter as chamadas obras de soleira da porta, porque eu queria muito mais para São Pedro do Sul, queria um São Pedro do Sul mais rico, mais postos de trabalho, mais bem-estar, eu não queria criar roteiros dos buracos para que o turista possa ver, eu quero efetivamente um concelho a progredir, um concelho mais solidário. Eu quero inaugurar obras a sério, que eu possa dizer vale a pena viver em São Pedro do Sul, vale a pena criarem postos de trabalho para os jovens poderem optar em vir para a nossa terra e, como tal, o meu voto nunca poderia ser favorável, até sob o ponto de vista político, eu tenho as minhas opções políticas e o Partido Social Democrata tem um projeto para São Pedro do Sul completamente diferente do que tem o Partido Socialista e, como tal, cada um por si irá manifestar e já manifestaram. Eu manifesto o meu descontentamento, independentemente dos trinta milhões que cada um investirá da forma como entender melhor no seu espaço territorial, a Câmara Municipal o fará, faz disto emblematicamente algo que nos parece ser retórica atrás de retórica e quando as coisas não lhe agradam, o anterior executivo é que fez mal, o anterior executivo não fez nada, tudo agora é uma perfeição, o anteriormente nada tem a ver com ele. Eu queria saber quantos postos de trabalho relativamente a este investimento e orçamento vão ser criados em prol do desenvolvimento do meu concelho? Como tal, Sr. Presidente, continuo a dizer-lhe que: no meu ponto de vista, continuamos a ter obras de soleira da porta, façam obras que valham a pena para eu poder dizer aqui, sim senhor, e não termos um concelho de buracos para criarmos depois um roteiro para o turista ver buracos atrás de buracos e os municípios de São Pedro do Sul não gostam dos buracos, não interessam nem nos dão a nós vontade de poder viver solidariamente e vivermos melhor.” Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Em relação a buracos, referiu que já cá estava há uma série de anos e que o Deputado Municipal esteve sempre calado na Assembleia Municipal, quando estava na oposição, quando, por exemplo, veio a população de Macieira em peso à Assembleia Municipal porque a rua esteve anos e anos cheia de buracos, o mesmo acontecendo em relação à Rua da Fonte, em Goja, e que nessa altura o Eng.º António Ribeiro fazia parte da Assembleia Municipal e nada disse, assim como nada disse em relação à criação de postos de trabalho. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, disse o seguinte: “Embora perceba aquilo que tentou aqui transmitir, o orçamento é de 30 milhões, mas nós temos que considerar seis milhões em pessoal, um milhão em eletricidade, um milhão em transportes escolares, além disso há uma série de investimentos que são necessários fazer: por exemplo, neste momento temos uma série de viaturas do nosso pessoal de rua que estão completamente velhas e têm de ser substituídas, há uma série de equipamentos que têm de ser comprados, e essa verba dos trinta milhões, progressivamente, vai sendo reduzida e chega ao montante em que, a nível de investimento

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(estamos aqui a falar num investimento de quatro milhões e meio de euros), temos de dividir um bocadinho por todas as freguesias. Eu considero que São Félix, neste momento, poderá ficar beneficiada em relação a outras freguesias porque, por exemplo, vai receber em obra direta cem mil euros e Vila Maior ou Manhouce, que têm uma área muito superior, vão receber menos, tendo áreas superiores têm mais rede viária, logo têm mais problemas. Portanto, São Félix comparativamente com as outras freguesias acaba por ficar beneficiada, e não significa que relativamente aquela situação das águas que há pouco falámos aqui, também não haja uma compensação de verbas fora daquelas que estão diretamente aqui programadas. Em relação ao que disse o Sr. Presidente da Junta de Bordonhos, nós temos de fazer opções, este ano Bordonhos foi beneficiado como nunca tinha sido, foi a primeira vez que Bordonhos teve obras significativas em toda a freguesia, ora se Bordonhos e também Pinho e Serrazes foram beneficiadas este ano, para o próximo ano temos de tentar beneficiar outras e para o outro beneficiar mais outras. Por exemplo, comparando São Félix com Valadares, as importâncias são mais ou menos as mesmas, Valadares tem uma área muito superior o que significa que daqui a dois anos, provavelmente, teremos que fazer maior investimento em Valadares, em Vila Maior e noutras, porque vamos tentar equiparar as freguesias. Se Bordonhos já tem grande parte da sua população abastecida de água e saneamento, há muitas freguesias que ainda não têm, Figueiredo de Alva está neste momento a dar os primeiros passos, nós temos que tentar compensar mais umas uns anos em detrimento das outras freguesias. Em relação àquilo que disse a Eng.^a Mónica, e repetindo-me, comparando aquilo que eu disse em 2013 disse e tinha razão, ninguém está contra os funcionários, provavelmente poderá estar para quem contratou pessoal sem ser necessário, aliás como estavam para entrar outros também, isso é outra conversa. Arouca com a mesma área de São Pedro do Sul, com mais população, se tinha menos duzentos funcionários, porque é que São Pedro do Sul não podia viver sem esses menos duzentos funcionários? Eu não estou contra o funcionário a, b, ou c. A senhora também sabe que havia roubos de gasóleo, toda a gente sabia, e que foi roubada uma mota dentro das instalações do edifício Vieira da Cruz e nunca foi participado à GNR. As coisas aconteciam, toda a gente sabia mas ninguém fazia nada. Sobre as faixas de combustíveis, nessa parte poderá ter razão, mas os dinheiros têm de ser geridos de uma forma sustentável, nós temos que dar prioridade, por exemplo, à água de abastecimento domiciliário, que ainda está muito deficitária, nós temos problemas em todo o lado: o Sr. Presidente da Junta de Bordonhos diz que lhe falta a água, em São Pedro do Sul, no verão, também falta a água, Figueiredo de Alva, uma freguesia inteira sem água, só agora está a dar os primeiros passos no que diz respeito a água. Então quais são as nossas prioridades? Quais são as necessidades básicas das pessoas? Não é a água? É andar a limpar os pinhais? Nós temos de fazer as coisas de uma forma gradual. Se fôssemos fazer as coisas da forma que o Estado quer, nós tínhamos que gastar um milhão e meio de euros e quais eram as nossas opções? Quais eram as estradas que iam deixar de ser alcatroadas? Quais eram as populações que iam ficar sem abastecimento de água? O que é que é mais importante? As opções têm que ser feitas e têm de ser tomadas. Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Valadares, em relação à venda dos pinhais do Dr. Morgado, a população do Covelo tinha direito a 15% do valor da herança, o valor da venda dos pinhais foi todo aplicado no Covelo e não chegou, porque o valor da aquisição do terreno e todas aquelas obras foi muito superior ao valor das vendas dos pinhais. O dinheiro entrou nas contas da Câmara não é para nenhum caso específico, entra no monte e depois sai para um lado e sai para outro. E relação à venda das escolas, houve algumas escolas que não



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estavam a ser utilizadas e que foram vendidas, porque havia um acordo do executivo anterior que tinha que vender património, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul não tinha mais bens nenhuns que pudesse vender e como a Câmara anterior aderiu a um programa em que tinha que fazer venda de património eu tive de fazer escolhas. É claro que não fui vender as escolas onde havia associações, onde havia agrupamentos inseridos nessas escolas. A escola de Arcozelo foi vendida pelo executivo anterior, a escola de Rio de Mel foi vendida pelo executivo anterior, a de São Martinho das Moitas foi vendida a uma IPSS e podia-lhe ter sido dada, conforme nós estamos a ceder as nossas às associações. No que diz respeito ao Sr. Deputado Municipal Lopes Ribeiro, o senhor há pouco falou na rota dos buracos, então o senhor ainda há pouco disse que andávamos a tapar os buracos ali em cima, quer dizer, por um lado diz que andamos a tapar os buracos, por outro lado queixa-se que há buracos. O senhor deve ter as suas visões muito limitadas, certamente não sairá de São Pedro do Sul, não conhece o resto do país, só vê São Pedro do Sul. Em relação às obras de soleira de porta, eu queria saber quais são para si as obras que não são soleira da porta, quando se fala num parque industrial de um milhão e meio de euros, num parque da cidade de um milhão e meio de euros, numas ruínas romanas de um milhão e meio de euros, numa represa de um milhão e meio de euros e por aí fora.” Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Aproveitou a oportunidade para, uma vez que a escola de São Martinho foi vendida e o Presidente da Câmara Municipal tinha dito que poderia ter sido dada, que o executivo, em deliberação ou de outra forma legal, ofereça a escola primária de Valadares ao Centro Social de Valadares, uma vez que já tinha apresentado um projeto para aquele espaço. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que o Centro Social de Valadares não vai levar nenhuma escola, porque há legislação recente que diz que as competências de tudo o que é de ação social vão passar para as Câmaras Municipais e não sabem o que hão-de fazer a nível de ação social, não sabem o que vem aí de concreto. Presidente da Junta de Freguesia de Sul José Pedro Maurício Pereira (PSD): Referiu que, embora este ponto seja votado em conjunto, iria votar favoravelmente o Orçamento e ao Plano de Atividades, mas que em relação ao Mapa de Pessoal a sua intenção era de votar contra, por não concordar com algumas categorias ou carreiras que estão lá consignadas. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **26 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), **7 votos contra** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD) e Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), e **1 abstenção** do Deputado Municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), aprovar a proposta mencionada em título.

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

Nesta altura, quando eram 14 horas, o Presidente da Assembleia Municipal interrompeu os trabalhos por forma a fazer-se um intervalo para o almoço, tendo os mesmos sido retomados quando eram 15 horas e 30 minutos.-----

3.3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "APROVAÇÃO DA RETIFICAÇÃO À 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL (SIR)": -----

Vereador Francisco José de Matos: Em relação a este ponto fez o seguinte esclarecimento: “É uma alteração que visa alguma agilização dos procedimentos para a legalização das indústrias. As pessoas têm uma pequena indústria e inscrevem-na nas plataformas e depois a Câmara tem uns dias para ir verificar se as condições estão a ser cumpridas, ou não, têm que fazer uma vistoria oficial a essas instalações e se a Câmara aprovar, as instalações ficam aprovadas, se não aprovar e a indústria continuar a funcionar, automaticamente a ASAE entra em ação e os industriais têm que legalizar essas situações. Houve várias situações aqui no concelho e as pessoas queixavam-se que demoravam muito a ser aprovadas, porquê? Porque é preciso que a casa esteja legal, o que demorava era legalizar a casa, registar nas finanças, registar na conservatória, fazer processos, fazer projetos. É o que acontece com os aviários ou com as vacarias: enquanto perante a Câmara as coisas não estiverem legais não pode avançar. O Sistema de Indústria Responsável é uma agilização da parte das vistorias, da parte da passagem da licença de utilização, para quê? Para que a indústria fique legal mais rapidamente do que era até agora. No fundo, esta primeira revisão permite agilizar em benefício da população, das pessoas que querem ser industriais começando por uma pequena indústria.” Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Referiu que iriam votar favoravelmente, uma vez que era para agilizar o empreendedorismo, salientando e enaltecendo o facto de a Avicasal ter sido recentemente galardoada com a medalha de ouro do consumidor, até porque a Junta de Freguesia de Carvalhais e Candal foi empreendedora numa associação empresarial: a Associação Turística e Agrícola da Serra da Arada. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CONCELHO DE SÃO PEDRO DO SUL - APROVAÇÃO FINAL": ---

Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Fez a seguinte intervenção: “Aprez-me dizer que vejo neste documento um documento estatístico e monográfico exaustivo e com muita clareza, aliás ele resulta da análise de muita estatística do Instituto Nacional de Estatística e, portanto, os dados são fiáveis. Este documento tanto nos revela as fragilidades do nosso território, como acontece ao nível demográfico e ao nível das infraestruturas, porque remonta há uns anos atrás, mas também nos revela as potencialidades que o nosso território encerra, portanto o que importa agora aqui é que todos nós saibamos tirar as devidas e respetivas ilações para ir ao encontro das melhores soluções para a nossa população. Espero e esperamos que a Câmara Municipal continue atenta e continue a agir em conformidade com os anseios da população, no sentido de debelarem todas as lacunas constatadas ou descortinadas.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Perguntou qual o motivo deste documento ter sido elaborado neste momento, que efetivamente era um documento muito claro, com base em estatísticas que são irrefutáveis, com potencialidades, mas que também nos indicava muitas fragilidades do território. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Perguntou se este documento estava integrado no PDM. Vereador Francisco José de Matos: Em resposta, disse o seguinte: “O estado do ordenamento do território é um documento obviamente extenso, que tiveram oportunidade de ler. Este documento está interligadíssimo com o PDM, faz referência à não existência ainda de uma alteração ao PDM, que nós prometemos e não cumprimos, porque as circunstâncias materiais e estruturais não nos permitiram cumprir, mas pode-se garantir nesta fase que, até meio do ano de 2020, o PDM estará feito e aprovado. O ordenamento do território tem a ver com o PDM, mas convém que as pessoas não embandeirem em arco em relação ao PDM, porque o PDM tem recomendações estritas de que não podem aumentar excessivamente a área de construção, porque está aprovado pelo país. Existem duas e três vezes as edificações que são necessárias, cada um de nós não tem duas casas, se calhar alguns de nós não têm casa nenhuma, o que significa que há aqui um descontrole ou um desequilíbrio entre as situações, em que uns têm muitas e outros não têm nenhuma e os territórios acabam por ficar cheios de casas desabitadas. Por isso é que as áreas de edificação não vão ser muito aumentadas, vai ser facilitada a reconstrução, porque o aumentar a construção é estar a perder receita e perder receita é perder dinheiro, que às vezes é dinheiro público, é dinheiro da banca.” Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Referiu o seguinte: “Uma vez que esse documento está ligado ou interligado ao PDM eu acho que isto dá para uma outra situação que é o interesse do PDM e realmente houve essa promessa de retificar o PDM em tempo útil. O PDM não é mais do que um instrumento de gestão territorial do concelho e um documento para o desenvolvimento do concelho, independentemente das situações que estamos todos habituados, da desertificação, das casas ficarem abandonadas, porque o que ainda acontece é que temos jovens que querem construir em determinado sítio e não constroem, porque não podem construir para outro sítio e por isso emigram ou vão construir a outro lado. Eu acho que é de todo pertinente essa situação e eu apelava a que não esperássemos pela lei, se pudéssemos adiantar serviço para que pudéssemos fazer um PDM de pujança para o nosso concelho e, se calhar, ainda vínhamos a tempo de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apanhar os que cá estão. Relativamente ao documento, é um elemento crucial do PDM, que ajuda o PDM e eu voto a favor.” Vereador Francisco José de Matos: Usou da palavra para dizer ainda o seguinte: “Este REOT é não só importante para o PDM, mas também uma peça necessária sem a qual o PDM não pode ser aprovado. O PDM porém é um plano abrangente e inalterável, é um instrumento que tem que ser aprovado por quase todas as instâncias do Estado, que têm a ver com a gestão, com a ordenação do desenvolvimento. As pessoas têm interesse em construir na sua localidade, têm interesse em construir no pinhal que têm e isso implica eletrificação, implica água, implica saneamento, implica dinheiro.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Apresentou declaração de voto com o seguinte teor: “O grupo Parlamentar do PSD da Assembleia Municipal vai votar este ponto favoravelmente. No entanto queríamos alertar a nossa preocupação para as condicionantes e o tempo de elaboração do PDM: sabemos e temos consciência que o novo Plano Diretor Municipal vai trazer estes e outros constrangimentos. No entanto, queremos que fique registado o nosso apelo e a nossa preocupação para que sejam tomadas todas as diligências necessárias para resolver neste momento problemas que estão a decorrer, nomeadamente nas nossas freguesias, situações que podem ser resolvidas e que venham a ser efetivamente integradas no novo documento de revisão do Plano Diretor Municipal.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.----
Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "FEIRA MENSAL DE SANTA CRUZ DA TRAPA - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS": -----

Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões José Celso Rodrigues Martins de Almeida (PS): Relativamente a este assunto, fez intervenção com o seguinte teor: “É com bom agrado que vos transmito que a feira mensal de Santa Cruz da Trapa irá ser realizada nas novas instalações no primeiro sábado de fevereiro. Era interesse meu e de toda a população que fosse em janeiro, não é possível, a EDP ainda não fez a ligação elétrica, há meses que tem postes, tem lâmpadas e a EDP, até ao momento, não conseguiu ligar. Os pontos de água já estão no local, estava também em falta a delegação de competências que estamos a analisar, para ser ou não aprovado. Para mim é motivo de orgulho, até porque deixamos de ter ocupada a principal via de ligação, não afeta só Santa Cruz da Trapa, afeta Santa Cruz da Trapa e as freguesias vizinhas: Valadares, Manhouce, São João da Serra, possivelmente Vale de Cambra e até Arouca, há muita gente que vai para Arouca por Santa Cruz da Trapa e a principal via de ligação de São Pedro do Sul para essas freguesias não ficava interdita, mas ficava condicionada, porque o trânsito pesado não conseguia passar em dias de feira. Felizmente a feira realizava-se ao sábado, não há grande trânsito de transportes públicos, senão seria um caos naquele local, mas mesmo assim dentro de Santa Cruz da Trapa há ruas que ficam completamente interditas ao trânsito e eu penso que não pode acontecer. É de bom grado que vamos transferir a feira, porque a principal via de ligação, a Estrada Nacional 227, não pode estar condicionada a nenhum tipo de veículo, tem de estar sempre livre pois poderá haver uma urgência, há lá ruas que se houver necessidade de intervenção de uma ambulância esta não passa, face aos inúmeros terrados das tendas que chegam a tocar umas nas outras. Estão inscritos trinta e nove feirantes para a nova feira de Santa



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cruz da Trapa, vamos esperar que a primeira feira seja pacífica, que decorra com normalidade e para todos nós é um alívio ficarmos com a Estrada Nacional 227 completamente desimpedida, sem qualquer tipo de condicionalismo, para que todos os veículos circulem com toda a normalidade.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Corroborou com o que foi dito, mas referiu que também deveria ficar registado todo o trabalho inicial desenvolvido pelo anterior Presidente de Junta. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----
Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NO IRS PARA 2019": -----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu que, de acordo com a lei, o município podia receber 5% de cobrança de IRS e está a propor 4%, face ao histórico e de acordo com o programa do Partido Socialista nas últimas autárquicas, mas que acham que poderiam ir mais longe, pelo que a proposta do Grupo Parlamentar do PSD é de 3%, caso contrário votariam contra. Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu que o que estava em causa era uma proposta do executivo e que só existia uma proposta em discussão, não havia lugar a contrapropostas, portanto, ou votavam contra ou a favor. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **21 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **11 votos contra** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.7 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "LANÇAMENTO DE DERRAMA MUNICIPAL A COBRAR EM 2019": -----

Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Declarou que irá votar contra, uma vez que as condições do Parque Industrial continuam a não ser as melhores e que era preciso captar investimento para o concelho. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Referiu que o valor proposto de 1,5% vinha na linha dos anos anteriores, pelo que estão de acordo com ela, porque não atinge a generalidade das empresas sediadas no concelho que, apesar de pagarem a derrama, o município conseguiu captar para São Pedro do Sul, como por exemplo as eólicas e as mini-hídricas, pelo que não era razão para que as empresas fujam ou deixem de vir para o concelho de São Pedro do Sul. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Apresentou declaração de voto com o seguinte teor: “Nós somos um povo livre e consideramos que cada um de nós deve votar como entende. Considerando que São Pedro do Sul é um concelho de interior e onde é mais difícil captar a instalação de novas empresas, considerando também que o programa do Partido Social Democrata, quando foi a votos nas últimas eleições autárquicas, previa a isenção da derrama para empresas com volume de negócio inferior a 150 mil euros, vota-se contra qualquer proposta que não seja coerente com esta nossa indicação, portanto temos de ser coerentes com aquilo que fomos a votos.” Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Retorquiu dizendo que qualquer empresa que esteja no concelho, no interior e em território de baixa densidade, podia ter benefícios a vários níveis, como o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Sobre este assunto referiu o seguinte: “Por um lado sou a favor da derrama, porque acho que quem se fixa tem de pagar alguma coisa, tem que deixar cá os seus benefícios, por outro lado também sou a favor que se criem as melhores condições para elas e uma coisa não invalida a outra, quem paga tem de ser servido e se se paga deve ser servido. Tem havido algum investimento no Parque Industrial do Alto Barro, nomeadamente o saneamento e congratulo a Câmara por isso, contudo, independentemente de ele estar em Bordonhos ou em Carvalhais, não deve ser esquecido, não deve ser votado ao abandono em termos de incentivo à implementação de indústrias (era de pensar numa via estruturante do Alto Barro às Termas). Também por outro lado, temos um maior rendimento de derrama, um maior investimento, um maior dividendo de indústria que são um parque industrial de que ninguém fala: o parque industrial que está no cimo da Serra da Arada, no cimo da Serra da Freita e isso tudo reverte muito dinheiro para o município e essas aldeias, apesar de despovoadas, apesar de terem algum rendimento, devem estar integradas num plano de reestruturação e de investimento que não devem ser também votadas ao abandono e devem ter os seus próprios acessos e acesso a outros horizontes.” Presidente da Câmara Municipal: Disse que a Câmara Municipal já teve de pagar 75 mil euros de indemnizações, porque o executivo anterior tinha feito contratualizações com aquela ligação, que ia de Santa Cruz da Trapa até às Termas, mas que nunca o fez, foi adiando sucessivamente, entendendo que aquele acesso era necessário, mas que têm de ir com calma por uma questão de prioridades. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Voltando ao ponto anterior do IRS, referiu que a redução de cinco para quatro representa 20% na redução



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que é possível fazer para o município e que isso teve um efeito na economia de 70 mil euros, ou seja, a Câmara deixou de arrecadar 70 mil euros que ficaram nos bolsos dos sampedrenses, não percebendo porque é que, no ano anterior, os Deputados Municipais do PSD votaram contra porque diziam que a baixa de IRS não era para todos os sampedrenses e que agora votaram contra porque o IRS devia descer para 3%, dizendo que têm que arranjar sempre um argumento para votar contra. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **21 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), **8 votos contra** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e **3 abstenções** dos Deputados Municipais José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMI PARA O ANO DE 2018, A LIQUIDAR EM 2019": -----

Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Sobre este assunto, referiu nada terem a obstar, porque os valores eram os mesmos do ano passado, sendo das taxas mais baixas dentro do leque que está estabelecido por lei. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Apresentou declaração de voto com o seguinte teor: “Não discordando na generalidade da proposta que é apresentada, a nossa abstenção resulta da convicção que temos de que o executivo poderia ir um bocadinho mais longe relativamente a este assunto. Todos sabemos que diminuiu a população e cada vez é mais notório nalgumas freguesias do nosso



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concelho e, nesse sentido, compreende-se que a definição da taxa de IMI deva funcionar como um incentivo à fixação de novos agregados no concelho de São Pedro do Sul. Nesse sentido consideramos que a abstenção é o melhor. Não obstante e porque a desertificação se faz sentir ainda de maneira mais forte nas zonas mais afastadas do concelho, nomeadamente nas zonas serranas, entende-se que deve fazer uso da faculdade prevista no n.º 6 do artigo 102º do CIMI: a redução de 30% da taxa aplicada às freguesias mais distantes da sede do concelho, nomeadamente Manhouce, União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio e na zona correspondente à antiga freguesia de Candal. Mais se entende, considerando os incêndios ocorridos no concelho de São Pedro do Sul nos últimos anos, que se deve fazer uso da faculdade prevista no n.º 9 do referido artigo e majorar no dobro a taxa aplicável a prédios rústicos em áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo resultar da aplicação desta majoração uma coleta de imposto inferior a 20 euros para cada prédio abrangido.” Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, referiu que já praticavam as taxas mínimas, que a lei refere-se a situações de freguesias extremas, que está previsto que as casas que estão devolutas no centro da cidade e nas termas paguem mais IMI. Disse ainda que nalgumas aldeias, nomeadamente em Manhouce, existem casas muito melhores do que em São Pedro do Sul, que existe gente com muito mais possibilidades na serra do que em São Pedro do Sul, referindo que não se pode reduzir tudo o que sejam receitas e depois querer melhorar os acessos, fazer estradas e fazer as faixas de proteção. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **21 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **11 Abstencções** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD) e Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.9 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI Nº 99/2018": -----

Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Fez a seguinte intervenção, conjunta para os quatro documentos de delegação de competências: “Nós fartámo-nos de apreçoar que o governo central é centralista, que não confia nas câmaras, que não descentraliza, não confia nas juntas e depois quando há oportunidade de descentralização ou transferência de competências “aqui del rei”, porque o estado está a passar encargos e responsabilidades para as autarquias, etc., é-se preso por ter cão e por não ter cão. Nós no Partido Socialista, de um modo geral, somos pró-regionalismo. Eu, pessoalmente, sou grande defensor da regionalização, participei em várias conferências, em vários colóquios a esse respeito e quando foi a altura do referendo também estive ativo no terreno e era favorável à regionalização e continuo a ser, portanto tudo o que o estado puder descentralizar e delegar nas câmaras municipais e nos organismos regionais, como é o caso aqui da Comunidade Intermunicipal que é representada e preenchida pelos municípios com representantes aqui também da assembleia, eu sou a favor, desde que esses poderes sejam acompanhados dos respetivos financiamentos e suporte financeiro e porquê? Porque nós estamos junto dos problemas e se estamos junto dos problemas mais facilmente estamos junto das soluções. Portanto, somos a favor desta transição de poderes.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Relativamente a estes quatro pontos disse o seguinte: “Eu concordo perfeitamente com aquilo que o deputado Ferreira Gomes acabou de referir, mas discordo completamente de determinadas competências para as entidades intermunicipais. Eu entendo que as entidades intermunicipais têm um cariz extremamente político e há aqui uma confusão muito grande, ou seja, ou transferimos poder e determinadas transferências em áreas específicas, em que a política deve estar um pouco ao lado, no seu conjunto discutidas a nível de autarquias, a nível de assembleias, eu julgo que tem muito mais importância e muito mais valor. Também não sei até que ponto é que a autarquia aceitará, por exemplo, uma responsabilidade da saúde ou do ensino, que são áreas muito complexas e que eu julgo que nunca deveriam, do meu ponto de vista, passar para o foro das autarquias e para o foro intermunicipal, eu julgo que isso é da responsabilidade e da competência do estado. Julgo que é um presente envenenado que estão a passar à autarquia e por sua vez a autarquia a libertar-se, de certo modo, de algumas para as entidades intermunicipais. Nós entendemos que, neste ponto especial, há aqui um presente envenenado na transferência destes poderes para o poder autárquico e para as autarquias, compete ao governo assumir responsabilidades. Portanto eu acho que deve haver aqui um cuidado especial, cada um de nós tem a nossa opinião muito vincada e muito pessoal relativamente à chamada regionalização, às questões tão importantes e fulcrais que são a regionalização, mas relativamente às que estão aqui acho que são extremamente prejudiciais para a autarquia e, como tal, a nossa bancada vai votar contra todas estas propostas.” Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Em relação a este assunto, referiu que não era muito recetivo e que concordava com o

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o Deputado Municipal António Lopes Ribeiro tinha dito. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que o Eng.º Lopes Ribeiro fez aqui uma grande confusão de assuntos, que estes assuntos andam a ser debatidos e discutidos há bastante tempo por todos os presidentes de câmara com reuniões regulares, dizendo que: “O que está aqui não é nenhum prejuízo para a Câmara Municipal, foram aprovados vinte e três diplomas a nível do Conselho de Ministros, vinte e um já foram aprovados pelo Sr. Presidente da República e faltam dois serem promulgados, isto são indicações de há três ou quatro dias. Nós estamos aqui a discutir e a debater estes quatro, não adianta estarmos a tratar de outras coisas. No dia 1 de janeiro de 2021 estas competências estão todas na alçada das câmaras municipais, nós podemos aceitar antes ou depois e é isso que está em causa. Não tenho qualquer tipo de problemas em receber as competências do estado, à exceção da saúde e educação, que vai trazer grandes encargos futuros para a Câmara Municipal se as coisas não forem bem acauteladas, isso aí é preciso ter muito cuidado e teremos de estar todos no mesmo lugar da barricada: na questão do ensino, poderão passar para a Câmara Municipal mais funcionários e aí o número de funcionários irá disparar e na saúde serão mais de vinte, ou seja, estamos a falar em mais de cento e vinte funcionários que poderão cair na alçada da Câmara de São Pedro do Sul. No que diz respeito às contrapartidas financeiras, embora algumas estejam regulamentadas, pelas contas que fizemos não vão chegar para fazer os pagamentos, ou seja, podemos estar a comprometer o futuro. Mas o que está aqui em causa são quatro pontos distintos, que nada têm a ver com a Câmara Municipal mas sim com as Entidades Intermunicipais, ou seja, nós estarmos a passar as competências para as Entidades Intermunicipais, nenhuma destas era para ficar na alçada da Câmara Municipal, todas são da alçada das Entidades Intermunicipais. Esta primeira diz respeito a turismo, para nós não tem qualquer significado, quem estava a controlar o turismo era o Turismo do Centro, se estas competências passarem para a CIM, estarem no Turismo do Centro ou estarem na CIM é-nos indiferente. Seja como for, estas competências passarem agora ou passarem até 31 de dezembro de 2020 é completamente inócuo, não traz qualquer compromisso para a Câmara Municipal.”

Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Disse que o que é lei é lei, se é para ter acesso a mais benefícios, a uma proximidade maior da decisão, tanto melhor, mas que existiam riscos, que as coisas tenham um seguidismo e que se deixem alguns grupos de lado em prol de outros, e que vendo as aldeias a arder, se dissesse que a culpa era do Presidente da Câmara ou da CIM. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que esta era uma situação completamente inócua para eles, estarem ligados ao Turismo do Centro ou estarem à CIM, que a CIM era uma entidade suprapartidária, não estava ligada a nenhum partido e que independentemente dos partidos das pessoas, confiam nelas. Disse ainda que o Secretário-Geral da CIM, embora seja do PSD, não estava lá colocado pelo partido, estava lá pela sua competência, foi eleito por todos os presidentes de câmara, sejam do PS ou do PSD, que todos os municípios têm participação CIM, têm direito a um voto e que, até agora, têm votado tudo sempre por unanimidade. Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS): Usou da palavra para dizer que o secretário-geral da CIM é um elemento do PSD e foi eleito por unanimidade numa assembleia da CIM, querendo isto dizer que os deputados que pertencem às assembleias municipais não iam para lá como políticos, mas sim como elementos da Assembleia Municipal, representar a sua Assembleia Municipal. Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Referiu que o que o assusta no meio disto tudo é que o fenómeno populismo estava a invadir as sociedades europeias, vai conquistando terreno, que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isto era uma praga internacional e que os jovens estavam tramados, porque ninguém pensava no futuro deles, dizendo que quantas mais competências forem transferidas para perto das populações, mais nos estávamos a expor a esses fenómenos. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **21 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), **10 votos contra** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e **1 abstenção** do Deputado Municipal e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

3.10 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI Nº 101/2018": -----

Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Perguntou se se podia, ou não, ficar com estas delegações de competências no município e, se dependia da lei, porque é que tinham de estar a votar, pois no fundo o que estavam a fazer era uma antecipação de uma deliberação nacional. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que era uma negociação entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios, Câmaras Municipais e Comunidades Intermunicipais. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Disse ser uma defensora do estado de direito e considera que quantos mais passos forem dados neste sentido mais se estava a perder, e é nesse sentido que tem algum receio, pelo que vão manter a posição de voto. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal deliberou, por maioria, com **21 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), **9 votos contra** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e **2 abstenções** dos Deputados Municipais Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

3.11 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI Nº 102/2018": -----

Presidente da Câmara Municipal: Referiu que este ponto tinha apenas a ver com a legalização do que já existia no momento: o controlo e a fiscalização das faturas e dos pagamentos, que a CCDR já tinha delegado na CIM. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **22 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), **9 votos contra** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e **1 abstenção** do Deputado Municipal e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. --
Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

3.12 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI Nº 103/2018": -----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **21 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), **9 votos contra** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e 2 **abstenções** dos Deputados Municipais Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.13 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DE REGULAMENTO DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA": -----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.14 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DE REGULAMENTO DE SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS": -----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 16 horas e 50 minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Presidente e Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,